

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE LEPROSA

Dando prosseguimento ao trabalho publicado em maio de 1957, na Revista Brasileira de Leprologia, (12) intitulado: "LEGISLAÇÃO FEDERAL DE LEPROSA", apresentamos agora a segunda parte, que se refere à codificação da legislação paulista sobre profilaxia da lepra.

A finalidade desta segunda parte é idêntica à primeira, apresentar uma documentação que facilite a consulta rápida da matéria. O presente trabalho foi dividido em três partes:

- a) *EMENTÁRIO CRONOLÓGICO*
- b) *ADENDA*
- c) *ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO*

Para um estudo mais detalhado dos textos, encontra-se na Secção "BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO" do Departamento de Profilaxia da Lepra de S. Paulo, a coleção completa das "LEIS E DECRETOS" do Estado, acrescida de publicações sobre o assunto e, ainda, da coleção de recortes da imprensa leiga.

As referências às leis do período anterior à República, foram colhidas no DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO e nas obras: HISTÓRIA DA LEPROSA EM SÃO PAULO de F. MAURANO (13) e HISTÓRIA DA LEPROSA NO BRASIL, de H. C. SOUZA ARAÚJO (14), figuram apenas no "EMENTÁRIO", a título de documentação histórica.

Em "ADENDA" apresentamos os projetos, regulamentos, mensagens etc.

Quando foi publicada a primeira parte deste trabalho, em 1957, consignamos os nossos agradecimentos à Chefe e às dedicadas funcionárias da Secção "BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO" do D. P. L., ressaltando a eficiente colaboração que nos foi prestada. Desta feita, renovando os agradecimentos, desejamos reiterar às prezadas Colegas, os protestos danossa admiração.

São Paulo, junho de 1958.

SARAH KEFFER MARCONDES MACHADO

Chefe de Seção do D. P. L.

LEGISLAÇÃO DE LEPROA
ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTÁRIO

1820 -1956

CARTA CIRCULAR de 4 de maio de 1820 — João Carlos Augusto Oye-nhausen ordena o recenseamento dos leprosos da provincia de S. Paulo.

LEI 16, de 6 de março de 1845 — "Orçamento para o anno financeiro que abrange de 1.º de out. de 1845 até 30 de set. de 1846. Título 1º Art. 1.º — § 4º — A Camara da Cidade de Itu. Pensão annual ao Hospital de Lazaros, 50\$000. § 37.º — A Camara da Villa de Bananal. Vestuario a morpheticos que vagão no Municipio e sustento a prezos pobres, 80\$000".

LEI 38, de 16 de março de 1846 — "Orçamento para o anno financeiro de 1.º de out. de 1846 a 30 de set. de 1847. Título 1º — Art. 1.º — § 4.º — A Camara da Cidade de Itu. Pensão annual ao Hospital dos Lazaros, 50\$000. § 37.º — A Camara da Villa de Bananal. Sustento, vestuario e curativo a morpheticos, 50\$000".

LEI 30, de 16 de março de 1847 — "Orçamento para o anno financeiro de 1.º de out. de 1847 a 30 de set. de 1848. Título 1.º — Art. 1.º — § 4.º — A Camara da cidade de Itu. Pagamento da divida do Hospital dos Lazaros, 46\$360. Prestação annual ao mesmo Hospital, 50\$000. § 37.º — A Camara da Villa do Bananal. Vestuario a morpheticos, que vagão pelo Municipio, 35\$378".

LEI 8, de 18 de set. de 1848 — "Foi o Governo autorizado a despender até 1:0008000 com o sustento e

vestuario dos que entrarem ou estiverem em curativo em Itapetinga, e até 2:000\$000 com a experiência do curativo dos morpheticos pobres que, depois de examinados pelos médicos, serão remetidos desta Capital para aquella Cidade procedendo-se a novo exame no fim do curativo".

LEI 13, de 23 de set. de 1848 — "Orçamento para o anuo financeiro de 1.º de out. de 1848 a 30 de set. de 1849. Título 1.º — Art. 1.º — § 4.º — A Camara da Cidade de Itu. Pensão annual ao Hospital dos Lazaros, inclusive o que já se deve, 146\$360. § 32.º — A Camara da Villa do Bananal. Vestuário a morpheticos que vagão no Municipio, e iluminação da Cadêa, 100\$000".

LEI 28, de 15 de maio de 1849 — "Orçamento para o anno financeiro de 1.º de out. de 1849 a 30 de set. de 1850. Título 1º — Art. 1.º — § 4º — A Camara da Cidade de Itu. Pensão annual ao Hospital dos Lazaros, 196\$360. § 12.º — A Camara da Cidade do Bananal. Sustento e conducção de prezos pobres, luzes para a Cadêa, e vestuario a morpheticos que vagão no Municipio, 240\$000".

LEI 26, de 3 de julho de 1850 — "Orçamento para o anno financeiro desde 1.º de out. de 1850 até 31 de dezembro de 1851. Título 1.º — Art. 1.º § 4.º — A Camara da Cidade de Itu. Suprimento ao Hospital de Lazaros, inclusive à

quantia de 50\$000 do anno que segue, 246\$360. § 12.º — A Camara da Cidade do Bananal. Sustento, conducção e curativo de prezos pobres, vestuario a morpheticos, iluminação da cadêa, 300\$000".

LEI 11, de 7 de maio de 1851 — "Orçamento para o anno financeiro de 1.º de janeiro até 31 de dezembro de 1852. Título 1.º — Art. 1.º — § 4.º — A Camara da Cidade de Itu. Supprimento ao Hospital de Lazaros, inclusive 50\$ rs. do anno que segue, 296\$360. § 12.º — A Camara da Cidade do Bananal. Sustento, conducção, curativo de prezos pobres, vestuario a morpheticos, e iluminação da cadêa, 240\$000".

LEI 30, de 10 de maio de 1854 — Art. 33 — "Foi autorisado o Governo a organizar um Regulamento policial e sanitario para os morpheticos mendigos, que será submettido á aprovação da Assembléia Provincial, com o orçamento das despesas inherentes à sua execução, e criação dos estabelecimentos necessarios aos ditos morpheticos".

LEI 27, de 18 de abril de 1855 — "Foi o Governo autorisado a estabelecer um lazareto para dusentos morpheticos mendigos na fazenda de Santanna ou em outro ponto mais conveniente, podendo despende a quantia de 36:000\$000 com as construções e obras precisas".

LEI 47, de 7 de maio de 1857 — Art. 43 — "Foi aprovada a planta apresentada pela Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e S. João Baptista, para a construção do lazareto determinado pela lei n.º 27, de 18 de abril de 1855. Art. 44 — Será collocado nas margens de um dos rios que passam mais proximos a esta Capital — Tieté e Pinheiros. Art. 45 — para a construção delle foi consignada a quantia de 36:000\$000, podendo o Governo despende mais a quantia que for precisa para a desapropriação do terreno necessario. Art. 46 - Foi o Governo autorisado a fazer recolher, pelos meios ao seu alcance, no

actual Hospital de Lazaros desta Capital, ou no novo, quando se concluir, os morpheticos que vagarem pelas Povoações e estradas da Provincia".

RESOLUÇÃO 41, de 4 de abril de 1865 — "As instrucções para o Asylo de Morpheticos de Campinas foram aprovados pela Resolução 41, de 4 de abril de 1865".

RESOLUÇÃO 63, de 3 de agosto de 1869 — "Para a fundação de um hospital de lazaros em Sorocaba, o qual ficará a cargo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia daquela Cidade foi concedida uma loteria segundo o plano das do Rio de Janeiro".

RESOLUÇÃO 60, de 13 de abril de 1872 — "A gratificação de Economo deste estabelecimento (hospital de Lazaros em Sorocaba) foi elevada a 400\$".

LEI 34, de 20 de abril de 1875 — "Para começo da construção de novo hospital de morpheticos na capital foram concedidas duas loterias".

LEI 80, de 3 de abril de 1876 — "Concede uma loteria para o Hospital de Morpheticos da Capital e para o da cidade de Campinas".

LEI 57, de 4 de maio de 1879 — "Foi o governo autorisado a auxiliar a este estabelecimento da cidade de Itu com a quantia de cinco contos de réis que será empregada de preferencia nos reparos e melhoramentos de que necessita o edificio".

LEI 34, de 17 de março de 1888 — "Foi o Governo autorisado a mandar extrahir uma loteria de 50:000\$000 que será dividida, em partes iguaes em favor... Para a conclusão das obras do Lazareto de Capivary".

LEI 49, de 22 de março de 1889 — "Concedeu as seguintes loterias de beneficio de 6:000\$000 cada uma:... Cinco para patrimonio do Hospital dos Lazaros da Capital".

DECRETO 149-A, de 28 de jan. de 1893 — Marca a ordem em que devem ser extraídas as loterias cuja extração foi determinada por decreto n.º 99, de 22 de agosto de 1892, continuando em vigor os planos aprovados por decreto n.º 98 da mesma data. Estabelecimentos beneficiados: Hospital de Lazaros da Capital.

LEI 124, de 26 de abril de 1893 — "Dispensa do pagamento de impostos estaduais o Asylo de Orphans de Campinas e o Hospital de Morpheticos da mesma cidade".

LEI 490, de 29 de dez. de 1896 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1897. § 12 — Auxílios e subvenções.

LEI 523, de 30 de ag. de 1897 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1898. § 12 — Contratos e subvenções.

LEI 594, de 5 de set. de 1898 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1899. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 686, de 16 de set. de 1899 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1900. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 758, de 17 de nov. de 1900 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1901. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 817, de 8 de nov. de 1901 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1902. § 9º — Auxílios e subvenções.

LEI 861-A, de 16 de dez. de 1901 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1903. § 9.º — Auxílios

e subvenções.

LEI 896, de 30 de nov. de 1903 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1904. § 9.º — Auxílios e subvenções.

LEI 936, de 17 de ag. de 1904 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1905. § 9.º — Auxílios e subvenções.

LEI 984, de 29 de dez. de 1905 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1906. § 9º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.059, de 28 de dez de 1906 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1907. § 9.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.117-A, de 27 de dez. de 1907 — Fixa-a despesa e orça a receita do Estado, para o ano financeiro de 1.º de jan. a 31 de dez. de 1908. § 9.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.160, de 29 de dez. de 1908 — Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1909. § 9.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.197, de 29 de dez. de 1909 — Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1910. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.245, de 30 de dez. de 1910 — Orça a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1911. § 10.º — Auxílios e subvenções.

DECRETO 2.141, de 14 de nov. de 1911 — Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis. Capítulo VII — Da lepra.

LEI 1.203, de 30 de dez. de 1911 — Fixando a despesa e orçando a receita para o exercício financeiro

de 1912. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.366, de 28 de dez. de 1912 — Fixando a despesa e orçamento a receita para o ano financeiro de 1913. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.411, de 30 de dez. de 1913 — Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1914. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.463, de 30 de dez; de 1914 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de 1915. § 10.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.492, de 29 de dez; de 1915 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de 1916. § 11.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.529, de 28 de dez; de 1916 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de 1917. § 11.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.582, de 20 de dez; de 1917 — Autoriza o Governo a entrar em acordo com a Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, para a profilaxia da Lepra.

LEI 1.584, de 21 de dez; de 1917 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1918. § 11.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.596, de 29 de dez; de 1917 — Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Arts. 51, 56, 231 e 248.

DECRETO 2.918, de 9 de abril de 1918 — Dá execução ao Código Sanitário do Estado de S. Paulo. Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis. Capítulo IX — Da lepra. *

LEI 1.636, de 31 de dez; de 1918 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro

de 1919. § 11.º — Auxílios e subvenções.

DECRETO 3.013, de 9 jan. de 1919 — Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra.

LEI 1.713, de 27 de dez. de 1919 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1920. § 11.º — Auxílios e subvenções.

DECRETO 3.181, de 22 de março de 1920 — Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do interior, um crédito de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra neste Estado.

LEI 1.759, de 28 de dez. de 1920 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1921. § 11.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.837, de 27 de dez. de 1921 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1922. § 11.º — Auxílios e subvenções.

DECRETO 3.526, de 10 de nov. de 1922 — Abre no Tesouro do Estado a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 200:000\$000 para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra neste Estado.

LEI 1.899, de 28 de dez. de 1922 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1923. Art. 8.º — § 11.º — Auxílios e subvenções.

LEI 1.957, de 29 de dez. de 1923 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1924. Capítulo I — Art. 6.º — § 8.º — Obras públicas em geral (Asilo Colônia Santo Ângelo).

* Consolida toda a legislação anterior.

e Art. 7.º — § 11 — Auxílios e subvenções (Entidades privadas).

LEI 1959, de 29 de dez. de 1923 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito especial de 648:000\$000, para as despesas do abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.

DECRETO 3.688, de 5 de março de 1924 — Declara de utilidade pública terrenos necessários ao abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.

DECRETO 3.688, de 5 de março de 1924 — Declara de utilidade pública terrenos necessários ao abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.

DECRETO 3.703, de 10 de abril de 1924 — Abre á Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 648:000\$000, para ocorrer às despesas do serviço de abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.

LEI 2.029, de 30 de dez. de 1924 — Fixa a despesas e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1925. Cap. I — Art. 1.º — § 39 — Serviço Sanitário — Diretoria. Combate à lepra — Art. 6.º — § 12 — Auxílios e subvenções.

DECRETO 3.876, de 11 de julho de 1925 — Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes. Título I — Do pessoal e da organização do serviço. Capítulo XII — Da Inspeção de Profilaxia da Lepra.
*

LEI 2.121, de 20 de dez. de 1925 — Aprova o decreto 3.876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o

Serviço Sanitário e repartições dependentes. *

LEI 2.123, de 30 de dez. de 1925 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1926. Art. 1.º — § 51 — Inspeção de Profilaxia da Lepra. Art. 6.º — § 9.º — Obras públicas em geral. Art. 8.º § 12 — Auxílios e subvenções.

LEI 2.169, de 27 de dez. de 1926 — Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. **

LEI 2.182, de 30 de dez. de 1926 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o exercício de 1927. Art. 2.º § 52 — Inspeção de Profilaxia da Lepra. Art. 6.º § 9.º — Obras públicas em geral. Art. 8.º § 12 — Auxílio e subvenções.

DECRETO 4.170-B, de 14 de jan. de 1927 — Regula a emissão de obrigações (num total de 10.000 contos de réis, para os serviços de profilaxia da lepra).

DECRETO 4.259, de 7 de julho de 1927 — Auxílio à Associação Terezinha do Menino Jesus para concluir as obras de asilo para filhos de leprosos.

DECRETO 4.293, de 20 de out. de 1927 — Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estados dos Negócios do Interior, um crédito de 1.000:000\$000 para conclusão do Leprosário Santo Ângelo.

LEI 2.255, de 31 de dez. de 1927 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado de São Paulo, para o exercício de 1928. Art. 2.º § 16 item XI — Inspeção de Profilaxia da Lepra. Art. 10 § 9.º § Auxílios e subvenções.

DECRETO 4.350, de 19 de jan. de 1928 — Abre no Tesouro do Estado

* Aprovado pela Lei 2121, de 30-12-1925, com modificações (art. 80).

* Modifica o Art. 80 do Dec. que aprova. Alterada pela Lei 2.416 de 31-12-29.

** Alterada pela Lei 2.416, de 31-12-29.

à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 500:000\$000 para conclusão do Leprosário de Santo Ângelo.

DECRETO 4.403, de 12 de abril de 1928 — Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de novecentos contos de réis(900:000\$000) para conclusão das obras do Leprosário Santo Ângelo.

DECRETO 4.450, de 30 de agosto de 1928 — Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 300:000\$000, para a instalação do Leprosário de Santo Ângelo.

LEI 2.343, de 31 de dez. de 1928 — Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1929. Art. 2.º § 16 item XI — Inspeção de Profilaxia da Lepra. Art. 10.º § 10 — Auxílios e subvenções.

DECRETO 4.569, de 7 de março de 1929 — Transfere para o corrente exercício o saldo de Rs. 106:017\$618, dos créditos abertos pelos decretos 4.403 e 4.450, de 12 de abril e 30 de agosto do ano passado, destinados à conclusão das obras do Leprosário de Santo Ângelo.

LEI 2.401, de 31 de dez. de 1929 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o exercício financeiro de 1930. Art. 2.º — § 16 item XI — Inspeção de Profilaxia da Lepra. Art. 10 — § 10 — Auxílios e subvenções.

LEI 2.416, de 31 de dez. de 1929 — Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dezembro de 1925 e do Decreto 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra.
*

DECRETO 4.704, de 20 de fev. de 1930 — Transfere para o corrente

exercício, os saldos verificados nos créditos abertos pelos Decretos ns. 4.546 e 4.569, de 31 de janeiro e 7 de março de 1929, nas importâncias de 25:184\$275 e 56:905\$518, destinados, respectivamente, às obras do Manicômio Judiciário e ao Leprosário de Santo Ângelo.

DECRETO 4.860, de 28 de jan. de 1931 — Fixa a despesa do Estado de São Paulo, para o exercício de 1931. Art. 2.º — § 14 item XIII — Inspeção de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 4.891, de 13 de fev. de 1931 — Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Art. 85 — Da Inspeção de Profilaxia da Lepra.*

DECRETO 4.917, de 3 de março de 1931 — Transforma a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e dá outras providências. Art. 7.º item a.

DECRETO 4.924, de 7 de março de 1931 — Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 200:000\$000, para construção de casas destinadas ao abrigo dos leprosos.

DECRETO 4.966, de 13 de abril de 1931 — Regulamenta o Departamento de Saúde Pública e dá outras providências. Art. 10.º e 12.º.

DECRETO 4.997, de 27 de abril de 1931 — Suprime diversos cargos no Serviço Sanitário do Estado.

DECRETO 5.011, de 8 de maio de 1931 — Suprime o cargo de inspetor auxiliar da Inspeção de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 5.027, de 16 de maio de 1931 — Modifica a lei 2.416, de 31 de dezembro de 1929, que regulamentou a profilaxia da lepra no Estado, e dá outras providências.**

* Modificado pelo Dec. 5.027, de 16-5-31. Veja Dec. 5.352, de 16-1-32, art. 20.

* Veja Lei 2.416, de 31-12-29.

** Revogado pelo art. 19 do dec. 5.352, de 16-1-32, mantido apenas o art. 9.º.

DECRETO 5.105, de 14 de julho de 1931 — Orça a Receita e fixa a Despesa para o segundo semestre de 1931. Art. 4.º — § 14 item XVII — Inspetoria de Profilaxia da Lepra. *

DECRETO 5.284, de 9 de dez. de 1931 — Cria anexo a cada um dos asilos “Padre Bento”, de Gopouva, e “Colônia Pirapitingui”, um pavilhão destinado à internação dos detentos morféuticos.

DECRETO 5.352, de 16 de jan. de 1932 — Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. Art. 20 — Continuam em vigor todas as disposições da Lei 2.416, de 31-12-29, e demais leis referentes ao Serviço Sanitário que não forem implícita ou explicitamente contrárias ao presente decreto.

DECRETO 5.365, de 30 de jan. de 1932 — Fixa a despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1932. Art. 14 § 10 — item XV — Inspetoria da Profilaxia da Lepra.

DECRETO 5.537, de 10 de junho de 1932 — Subordina a Inspetoria de Profilaxia da Lepra ao Inspetor Chefe da Inspetoria de Profilaxia de Moléstias Infecciosas e dá outras providências.

DECRETO 5.823, de 30 de jan. de 1933 — Fixa a despesa do Estado de São Paulo, para o exercício de 1933. Art. 4.º § 14 item XVI — Inspetoria de profilaxia da lepra.

DECRETO 5.965, de 30 de junho de 1933 — Anexa à Inspetoria de Profilaxia da Lepra, o Sanatório “Padre Bento”, o Asilo-Colônia “Santo Ângelo”, o Asilo-Colônia “Pirapitingui”, o Asilo-Colônia “Cocais” e Asilo-Colônia “Aimorés” e dá outras providências.

DECRETO 6.055, de 19 de agosto de 1933 — Regula a concessão de licença aos funcionários e empregados públicos civis do Estado. Art. 10.º

DECRETO 6.261, de 30 de dez. de 1933 — Fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1934. Art. 4.º § 17 item XVI — Inspetoria de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 6.374, de 28 de março de 1934 — Cria e suprime lugares no Serviço Sanitário, e dá outras providências.

DECRETO 6.488, de 6 de junho de 1934 — Transfere para o corrente exercício o salto de 1.789:536\$300 do crédito aberto pelo decreto 5.965, de 30 de junho de 1933, para a profilaxia da lepra.

DECRETO 6.605, de 13 de agosto de 1934 — Limita o número de médicos estagiários da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.

DECRETO 6.690, de 21 de set. de 1934 — Estabelece as bases para o cálculo e fixação dos proventos a serem atribuídos aos servidores do Estado e dos municípios, que passarem à inatividade em consequência de aposentadorias ou jubilação, e providencia sobre a situação dos que atualmente se acham em disponibilidade remunerada ou em gozo de licença sem limite de tempo.

DECRETO 6.729, de 4 de out. de 1934 — Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados, os terrenos pertencentes a Durvalina Batista e seus filhos, com a área total de 293.825 metros quadrados, situados no município e comarca de Itu, indispensáveis à proteção do manancial de abastecimento de água do asilo-colônia “Pirapitingui”.

DECRETO 6.797, de 24 de out. de 1934 — Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito de 850:000\$000, para manutenção, construções de Leprosários e outras despesas a cargo da Inspetoria de Profilaxia da Lepra.

* O art. 14 foi regulamentado pelo de. 10.570, de 10-10-39.

DECRETO 6.893, de 31 de dez. de 1934 — Fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1935. XVII — Inspeção de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 6.993, de 1.º de março de 1935 — Declara de utilidade pública terreno necessário para ampliação das instalações do Sanatório “Padre Bento”, da Inspeção de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 7.022, de 22 de março de 1935 — Institui a assistência judiciária aos hansenianos, fixa as atribuições do Procurador da Inspeção da Lepra e dá outras providências. *

DECRETO 7.070, de 6 de abril de 1935 — Desliga do Serviço Sanitário do Estado a Inspeção de Profilaxia da Lepra, que passa a constituir o Departamento de Profilaxia da Lepra, diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências.

DECRETO 7.178, de 1.º de junho de 1935 — Transfere para o corrente exercício o saldo de 570:225\$200 do crédito aberto pelo Decreto n.º 6.488, de 6 de junho de 1934, destinado a ocorrer às despesas da Inspeção de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 7.215, de 18 de junho de 1935 — Cria a cargo de engenheiro-chefe do Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 7.271, de 3 de julho de 1935 — Aprova os termos do contrato para arrendamento, ao Governo do Estado, de um dos andares de um prédio, nesta Capital, para a instalação dependência do D. P. L.

DECRETO 7.321, de 5 de julho de 1935 — Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.

Art. 2.º item 11 — Departamento de Profilaxia da Lepra.

Constituição do Estado de São Paulo, de 09 de julho de 1935 — Título VII — Dos funcionários públicos. Art. 87 item. [Afastamento e aposentadoria, em virtude de doença contagiosa crônica].*

DECRETO 7.360, de 26 de julho de 1935 — Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, um crédito especial de RS. 2.722:400\$000 para ocorrer à manutenção dos leprosários e a novas construções nos leprosários regionais, durante o corrente ano.

LEI 2.486, de 16 de dez. 1935 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado de São Paulo para o exercício de 1936. Art. 3.º § 25 Título XIX — D. P. L.

LEI 2.497, de 24 de dez. de 1935 — Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. Título IV — Do Serviço de proteção aos egressos. Seção 3.ª — Dos egressos dos estabelecimentos hospitalares. **

DECRETO 7.496, de 31 de dez. de 1935 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1936, a discriminação da despesa constante das tabelas explicativas anexas. Parte 1.ª § 25 Título XX — D. P. L.

LEI 2.762, de 17 de dez. de 1936 — Fixa a despesa e orça a receita do Estado de São Paulo para o exercício de 1937. Art. 3.º § 25.º Título XXI — D. P. L.

DECRETO 8.805, de 28 de dez. de 1936 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1937, a discriminação da despesa constante das tabelas explicativas anexas. Parte 1.ª Título XXI — D. P. L.

* Este artigo foi revogado pelo dec. 10.028, de 28-2-39. Veja nova “Constituição” em 10-7-47 e “Emenda Constitucional em 28-9-50.

** O dec. 9.486, de 13-9-38, altera dispositivos da Lei acima.

* Veja Portaria n.º 56, de 26-9-1955.

LEI 2.850, de 8 de jan. de 1937 — Concede pensão mensal de 300\$000, em favor da viúva de Alexandre Andreotti, administrador geral dos leprosários do Estado.

LEI 2.898, de 14 de jan. de 1937 — Dispõe quanto à organização do D. P. L.

LEI 2.940, de 6 de abril de 1937 — Dispõe sobre a inatividade de oficiais da Força Pública. Arts. 8.º, 9.º, 13.º f e 16.º b. *

DECRETO 8.456, de 4 de agosto de 1937 — Aprova os termos do contrato assinado com a firma Francisco Azevedo e F. Palma Travassos, para execução de várias construções no Asilo-Colônia "Cocais".

DECRETO 8.892, de 31 de dez. de 1937 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1938. Capítulo III — Título XXI, e § 34 — Título V — D. P. L.

DECRETO 8.906, de 11 de jan. de 1938 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1938, a discriminação da receita e da despesa constante das tabelas explicativas anexas. Parte 1.ª § 28.º — Título XXI — D. P. L.

DECRETO 9.247, de 17 de junho de 1938 — Cria o Departamento de Saúde do Estado. Art. 3.º — VI — Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 9.275, de 28 de junho de 1938 — Organiza o serviço de Assistência Hospitalar e dá outras providências.

DECRETO 9.445, de 2 de set. de 1938 — Organiza o Serviço de Profilaxia da Lepra do Departamento de Saúde do Estado.

DECRETO 9.486, de 13 de set. de 1938 — Altera dispositivos da lei 2.497, de 24 de dezembro de 1935, e dá outras providências. Art. 1.º — II do Serviço Social dos Detentos e Egressos.

DECRETO 9.523, de 17 de set. de 1938 — Cria o Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo no Estado de São Paulo. (Fôgo Selva-gem).

DECRETO 9.587, de 5 de out. de 1938 — Fixa na importância de 12:000\$000 o crédito aberto pelo decreto 9.523, de 17-9-1938, destinado ao pagamento de um Diretor e um Assistente Técnico do Serviço de Pênfigo Foliáceo.

DECRETO 9.600, de 11 de out. de 1938 — Dispõe sobre a uniformização das medidas necessárias à investidura de cargos públicos e sobre afastamento. Art. 3.º. *

DECRETO 9.870, de 27 de dez. de 1938 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1939. Capítulo II — § 29 — Título XI — Serviço de Profilaxia da Lepra e § 39.º — Título III — Idem.

DECRETO 9.905, de 6 de jan. de 1939 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1939, a discriminação da Receita e da Despesa, constante das tabelas explicativas anexas. Consignação n.º 1 — Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 10.028, de 28 de fey. de 1939 — Dispõe sobre afastamento e aposentadoria de funcionários públicos.

PORTARIA 1.413, de 7 de julho de 1939 — Baixa instruções sobre licenças.**

* O dec.-lei 14.103, dá nova redação ao art. 26, à letra "f" do art. 13 e à letra "b" do art. 16, da lei acima.

* Veja o art. 5.º do dec. 10.028, de 28-2-39.

** Modificada pelo Regulamento de 13-4-1943.

DECRETO 10.570, de 10 de out. de 1939 — Regulamenta o artigo 14, do Decreto n.º 5.352, de 16-1-1932, abre visitas aos leprosários.

DECRETO 10.800, de 18 de dez. de 1939 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1940. Art. 3.º § 21.º Título XI Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 10.880, de 4 de jan. de 1940 — Transforma o Serviço Hospitalar em Serviço de Medicina Social.

DECRETO 10.898, de 12 de jan. de 1940 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1940, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas explicativas anexas. Parte II § 25.º Título XI — Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO-LEI 11.410, de 10 de set. de 1940 — Reforça dotações orçamentárias. § 25 Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 11.442, de 23 de set. de 1940 — Cria e suprime cargos no Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO-LEI 11.639, de 27 de nov. de 1940 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1941. Cap. II § 24.º — Título XI — Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 11.701, de 18 de dez. de 1940 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1941, a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas. — 7.º — D. P. L. § 24.º — Título XI — Serviço de Profilaxia da Lepra.

DECRETO-LEI 12.150, de 2 de set. de 1941 — Subordina os serviços de Profilaxia da Lepra e de Assistência a Psicopatas

diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública."

DECRETO-LEI 12.273, de 28 de out. de 1941 — Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de São Paulo. Título II — Capítulo III — Das gratificações (Art. 118 e 119). Idem — Capítulo VII — Seção III — Licença ao funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia. Idem — Capítulo XI — (Art. 193. item IV — Da aposentadoria). **

DECRETO-LEI 12.331, de 20 de nov. de 1941 - Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, um crédito de Rs. 12.025:743\$000, suplementar a diversas verbas do orçamento, conforme relação anexa. — Verbas 233 e 234.

DECRETO-LEI 12.350, de 29 de nov. de 1941 - Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1942 — Título V — D. P. L.

DECRETO 12.354-A, de 29 de nov. de 1941 — Transfere a importância de 6:400\$000 da alínea n.º 38 para a de n.º 37, dentro da verba n.º 233, do orçamento, atribuída ao Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 12.372, de 3 de dez. de 1941 — Transfere a importância de 6:400\$000 da alínea n.º 38 para a de n.º 37, dentro da verba n.º 233, do orçamento, atribuída ao Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 12.414, de 19 de dez. de 1941 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1942, a discriminação da

* Regulamento do D. P. L. — Ver dec. 25.188 de 6-12-1955.

** Veja dec. 26.544, de 5-10-1956.

Receita e Despesa constantes das tabelas anexas. 11) D. P. L. — Título V — D. P. L.

DECRETO-LEI 12.884, de 20 de agosto de 1942 — Reduz e suplementa verbas e cria novas dotações no orçamento vigente do Estado. Título V — D. P. L.

DECRETO 13.002, de 13 de out. de 1942 — Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de 11 salas do 8.º pavimento do prédio n.º 176, da rua Senador Feijó, "Edifício Santa Lúcia" propriedade dos srs. Bento José Gonzaga Franco e dr. José Gonzaga Franco Filho.

DECRETO-LEI 13.080, de 28 de nov. de 1942 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1943. D. P. L.

DECRETO-LEI 13.135, de 18 de dez. de 1942 — Dispõe sobre redação, criação e suplementação de verbas no orçamento vigente do Estado. Título V — D. P. L.

REGULAMENTO de 13 de abril de 1943 (Diretor) Modifica a Portaria do D. P. L., sob n.º 1.413, de 7 de julho de 1939, que baixava instruções sobre licenças.

DECRETO-LEI 13.325, de 26 de abril de 1943 — Dispõe sobre concessão de licenças e pagamento de salários aos extranumerários, mensalistas e contratados. (Art. 2.º — Item III).*

DECRETO-LEI 13.547, de 16 de set. de 1943 — Reduz, suplementa e cria novas dotações nas verbas do orçamento vigente do Estado. Título VI — D. P. L.

DECRETO 13.700, de 29 de nov. de 1943 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1944 — Título VI — D. P. L.

DECRETO 13.735, de 16 de dez. de 1943 — Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1944, a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas. Título VI — D. P. L.

DECRETO-LEI 13.828, de 24 de jan. de 1944 — Dispõe sobre elevação dos vencimentos e salários dos servidores do Estado e dá outras providências. Art. 1_6 — Dispõe sobre aumento de vencimentos aos internados nas Colônias do Departamento de Profilaxia da Lepra e que nelas prestam serviços.

DECRETO 13.943, de 17 de abril de 1944 — Estabelece normas reguladoras das condições e no expediente de admissão do pessoal estranho ao quadro de funcionários do Estado e dá outras providências. Art. 22 — Dispõe sobre a concessão de gratificações aos internados nas colônias do Departamento de Profilaxia da Lepra e que nelas prestam serviços.*

DECRETO 14.072, de 13 de julho de 1944 — Altera e retifica o Decreto n.º 13.943, de 17 de abril de 1944.

DECRETO-LEI 14.094, de 27 de julho de 1944 — Torna extensivas aos interinos, nas condições que específica, determinadas disposições do Decreto-lei n.º 13.325, de 26 de abril de 1943.

DECRETO-LEI 14.103, de 1 de agosto de 1944 — Dá nova redação ao art. 26, letra "f" do art. 13, e à letra "b" do art. 16, todos da Lei n.º 2.940, de 6 de abril de 1937.

DECRETO-LEI 14.138, de 18 de agosto de 1944 — Dispõe sobre a classificação e consolidação dos cargos e funções gratificadas do funcio-

* Veja dec. 14.094, de 27-4-1944.

* Alterado e retificado pelo dec. 14.072 de 13-7-1944.

nalismo público civil do Estado de S. Paulo, e dá outras providências: (D. P. L.)

DECRETO-LEI 14.171, de 4 de set. de 1944 — Dispõe sobre redução, suplementação e criação de verbas no orçamento vigente. Título VI — D. P. L.

DECRETO 14.178, de 8 de set. de 1944 — Dispõe que se observe, na execução do Decreto-lei n.º 14.171, de 4 de setembro de 1944, a discriminação constante das tabelas anexas. Título VI — D. P. L.

DECRETO 14.316, de 24 de nov. de 1944 — Declara de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, terrenos que especifica.

DECRETO-LEI 14.329, de 29 de nov. de 1944 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de 1945. Título VI — D. P. L.

DECRETO-LEI 14.352, de 7 de dez. de 1944 — Dispõe sobre redução, suplementação e criação de verbas. Título VI — D. P. L.

DECRETO 14.355, de 12 de dez. de 1944 — Dispõe que se observe, na execução do Decreto-lei 14.352, de 7 de dezembro de 1944, a discriminação constante das tabelas anexas. Título VI — D. P. L.

DECRETO 14.412, de 27 de dez. de 1944 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para o exercício de 1945, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. Título VI — D. P. L.

DECRETO 14.694, de 27 de abril de 1945 — Uniformiza a denominação, fixa o número de funções de extra-numerário mensalista do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências.

DECRETO-LEI 14.865, de 13 de

julho de 1945 — Dispõe sobre gratificações. Capítulo III — Da gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida ou de saúde.*

PORTARIA n.º 5, de 5 de set. de 1945 (Interv. Fed.) — Nomeia comissão para apurar denúncias de irregularidades nos Leprosários e apresentar sugestões à direção dos mesmos.

DECRETO 15.019, de 6 de set. de 1945 — Dispõe sobre a concessão, aos funcionários em exercício em leprosários, da gratificação referida no art. 8.º do Decreto-lei 14.865, de 13 de julho de 1945.

DECRETO-LEI 15.020, de 6 de set. de 1945 — Dispõe sobre isenção de únpostos.**

DECRETO-LEI 15.074, de 25 de set. de 1945 — Dispõe sobre redução, suplementação e criação de verbas. Título VI — D. P. L. —2306 — D. P. L.

DECRETO 15.106, de 13 de out. de 1945 — Corrige falhas verificadas na tabela baixada com o Dec. 14.694, de 27 de abril de 1945, e dá outras providências.***

PORTARIA 1, de 5 de nov. de 1945 (Diretor) — Determina medidas para regulamentação da administração interna dos leprosários.****

PORTARIA 2, de 21 de nov. de 1945 (Diretor) — Dispõe sobre a realização de eleições para escolha de "Vereadores" e de "Prefeito", dos Sanatórios de Lepra.

* Veja dec. 26.544, de 5-10-1956 (arts. 347 e 348).

** A lei 992, de 2-4-51, dá nova redação ao art. 1.º.

*** Artigo 5.º — Em consequência do disposto nos arts. 1.º e 2.º, passa a ser a que com este baixa, a tabela de fixação de número de funções de extranumerários mensalistas do D. P. L. etc.

**** Veja Portaria 2 de 21-11-45.

PORTARIA 3, de 23 de nov. de 1945
(Diretor) — Determina regulamento de licenças.

PORTARIA 4, de 24 de nov. de 1945
— Baixa regulamento disciplinar dos Sanatórios do Estado.

DECRETO-LEI 15.286, de 11 de dez. de 1945 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de 1946 — Art. 2.º — 2306 — D. P. L.

DECRETO-LEI 15.295, de 11 de dez. de 1945 — Concede o título de Servidor Emérito ao dr. Francisco de Sales Gomes Junior.

DECRETO-LEI 15.377, de 26 de dez. de 1945 — Reduz e suplementa verbas do orçamento vigente. D. P. L. — Verba 91 — 2306.

DECRETO-LEI 15.379, de 26 de dez. de 1945 — Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 340.000,00 (Serviço do Pênfigo Foliáceo).

DECRETO 15.406, de 27 de dez. de 1945 — Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado, para o exercício de 1946, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. D. P. L.

DECRETO-LEI 15.473, de 27 de dez. de 1945 — Dispõe sobre isenção de impostos às propriedades de hansenianos pobres.

DECRETO 15.552, de 24 de jan. de 1946 — Aprova o Regulamento do Curso de Educadores Sanitários da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Art. 3.º — Disciplinas: — Venereologia e leprologia.

DECRETO 15.764, de 12 de abril de 1946 — Discrimina as lotações de cargos extintos pelo art. 1.º do Dec.-lei 15.590 de 25-1-1946.

PORTARIA 5, de 23 de abril de 1946
(Diretor) — Sôbre a nomeação de "Prefeito", dos Sanatórios de Lepra.

DECRETO 15.795, de 14 de maio de 1946 — Dá novo regulamento às visitas a doentes de leprosários.

DECRETO-LEI 16.021, de 3 de set. de 1946 — Dispõe sôbre redução, suplementação e criação de verbas. Art. 1.º — § 5.º — 2306 D. P. L.

DECRETO-LEI 16.067, de 11 de set. de 1946 — Dispõe que se observe, na execução do Dec.-lei 16.021, de 3 de setembro de 1946, a discriminação constante das tabelas anexas. Art. 2.º — 2306 — D. P. L.

DECRETO 16.136, de 25 de set. de 1946 — Dispõe sôbre a fusão das carreiras de Bibliotecária e Bibliotecária-auxiliar — Art. 2.º, § único (D. P. L.).

DECRETO 16.360, de 29 de nov. de 1948 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1947. Art. 2.º — 2306 — D. P. L.

DECRETO 16.403, de 4 de dez. de 1946 — Dispõe sôbre relocação de cargos.

DECRETO-LEI 16.563, de 27 de dez. de 1946 — Dispõe sôbre a abertura de crédito especial de Cr\$.. 1.500.000,00.

DECRETO 16.785, de 24 de jan. de 1947 — Dispõe sôbre lotação de cargos no D. P. L.

DECRETO 16.787, de 24 de jan. de 1947 — Dispõe sôbre lotação de cargo no D. P. L.

DECRETO 16.790, de 24 de jan. de 1947 — Dispõe sôbre relocação de cargo no Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 16.937, de 20 de fev. de 1947 — Aprova os termos de contrato para locação ao Governo do Estado, do prédio situado à Avenida Angélica, 310, nesta Capital, de propriedade do senhor dr. Eugênio Ulisses Gabus, destinado à instalação da Biblioteca do D. P. L.

DECRETO-LEI 17.100, de 8 de março de 1947 — Dispõe sobre a abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 14.000.000,00, para atender às despesas inadiáveis com o tratamento dos internados nos hospitais colônias do Estado, assim como a construção de novos leitos e à reforma dos serviços de águas e esgotos dos referidos estabelecimentos.

DECRETO 17.251, de 28 de maio de 1947 — "Concede anistia aos doentes do mal de Hansen, fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra".

DECRETO-LEI 17.330, de 27 de junho de 1947 — Cria o Departamento Jurídico do Estado, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, e dá outras providências. Art. 9.º § único — Até nova determinação, os funcionários abrangidos por este artigo ficam considerados à disposição dos órgãos em que estão atualmente servindo.

DECRETO-LEI 17.339, de 28 de junho de 1947 — Dispõe sobre criação, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências. (Art. 2.º).

DECRETO-LEI 17.341, de 28 de junho de 1947 — Dispõe sobre criação, no Departamento de Profilaxia da Lepra, do Serviço de Pesquisas Científicas e dá outras providências.*

DECRETO 17.351, de 1º de julho de 1947 — "Transfere para a

Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e Assistência Social, os serviços que menciona". Art. 1.º — Item 4.º — Departamento de Profilaxia da Lepra.

CONSTITUIÇÃO do Estado de São Paulo, de 10 de julho de 1947 — Título IV — Dos Funcionários Públicos. Art. 94.º — Afastamento e aposentadoria por motivo de moléstia. Título VII — Da Assistência Social e da Saúde Pública. Art. 130.º letra b — Incumbe ao Estado assegurar a assistência, a previdência, a higiene e a saúde pública sob todos os aspectos, mediante um plano geral a ser fixado em lei, tendo por fim... b) pesquisas permanentes sobre mortalidade infantil, tuberculose, lepra, tracomatose, malária, etc.*

DECRETO 17.520, de 29 de agosto de 1947 — Dispõe sobre relocação de cargos.

LEI 2, de 16 de out. de 1947 — Dispõe sobre o reajustamento das verbas orçamentárias do corrente exercício. Art. 1.º — § 7.º — D. P. L. 2306.

DECRETO 17.624, de 16 de out. de 1947 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 17.637, de 25 de out. de 1947 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 2, de 16 de outubro de 1947, a discriminação constante das tabelas anexas. Art. 2.º — 2306 — D. P. L.

LEI 14, de 23 de nov. de 1947 — Orçamento financeiro para 1948 — D. P. L., verba 300.

DECRETO 17.803, de 17 de dez. de 1947 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 17.828-A, de 29 de dez. de 1947 — Dispõe sobre relocação de cargos.

* Regulamentado pelo dec. 18.212 de 26-7-1948.

* Emenda Constitucional em 1-8-1950.

LEI 40, de 31 de dez. de 1947 —

Dispõe sobre concessão de um auxílio extraordinário de Cr\$ 250.000,00, à Liga das Senhoras Católicas, e dá outras providências. Art. 3.º... e da Associação Terezinha do Menino Jesus.

DECRETO 17.866, de 10 de jan. de 1948 — Dispõe sobre relocação de cargos.***DECRETO 17.903, de 26 de jan. de 1948** — Retifica o decreto 17.866, de 10 de janeiro de 1948.**DECRETO 17.946, de II de fev. de 1948** — Dispõe sobre lotação e relocação de cargos: art. 4.º**DECRETO 17.982, de 17 de fev. de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargos.**DECRETO 17.983, de 17 de fev. de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargos. — Art. 1.º**DECRETO 17.998, de 20 de fev. de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargos.**DECRETO 18.014, de 21 de fev. de 1948** — Dispõe sobre lotação de cargos: — Art. 1.º b).**DECRETO 18.016, de 21 de fev. de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargos: — Art. 1.º e).**LEI 99 de 15 de abril de 1948** — Reserva 5 cargos iniciais da carreira de médico, do QG-PP da Tabela III, providos interinamente, para as funções de médico interno dos leprosários estaduais.**DECRETO 18.183, de 6 de julho de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargo.****LEI 108, de 13 de julho de 1948** — Isenta as associações de assistência, consideradas de "relevante valor humanitário", da matrícula a que se refere o art. 6.º § 1.º da Lei 2.497, de 24 de agosto

de 1935.

DECRETO 18.210, de 26 de julho de 1948 — Torna sem efeito o Dec. 18.183, de 6-7-1948.**DECRETO 18.212, de 26 de julho de 1948** — Regulamenta o Decreto-lei 17.341, de 28 de junho de 1947, que criou o Serviço de Pesquisas Científicas no Departamento de Profilaxia da Lepra.**DECRETO 18.224-A, de 3 de agosto de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargos.**LEI 142, de 2 de set. de 1948** — Declara de "relevante valor humanitário", para os efeitos do disposto na Lei 108, de 13-7-1948, a "Associação Paulista de Assistência aos Doentes de Lepra".**DECRETO 18.298, de 14 de set. de 1948** — Dispõe sobre relocação de cargo.**DECRETO 18.299, de 14 de set. de 1948** — Aprova os termos de contrato para locação ao Governo do Estado de 1 prédio de propriedade do Snr. Henrique Righi, situado à rua Dr. Silva Barros, 372, em Taubaté e que se destina ao funcionamento da Inspetoria Regional local do D. P. L.**LEI 186, de 13 de nov. de 1948** — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1949. Parte II — Despesa geral — Verba 2 — 8.98.4 (Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra) e Verba 288 (D. P. L.) pp. 72 e 204.**DECRETO 18.367, de 23 de nov. de 1948** — Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio de propriedade do Sr. Carmine Petrocelli, situado à rua Prudente de Moraes, 1317, em Piracicaba, para nele ser instalada a Inspetoria Regional, do D. P. L.

* Retificado pelo dec. 17.903, de 26-1-1948.

** Tornado sem efeito, por dec. 18.210, de 26-7-1948.

LEI 190, de 24 de nov. de 1948 — Dispõe sobre o reajustamento das verbas orçamentárias do exercício vigente — D. P. L., verba 301.

LEI 200, de 1.º de dez. de 1948 — Dispõe sobre a concessão de auxílios. Art. 1.º — Itens 115, 186 e 189, pp. 458 e 461.

DECRETO 18.377, de 1.º de dez. de 1948 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 190, de 24 de novembro de 1948, a discriminação constante das tabelas anexas. — D. P. L. verba 301.

DECRETO 18.410, de 17 de dez. de 1948 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 186, de 13 de novembro de 1948, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas — 288, verba 288 — D. P. L.

DECRETO 18.447, de 4 de jan. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 18.454-D, de 11 de jan. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargos.

LEI 244, de 24 de fev. de 1949 — Desapropriação, judicial ou por via amigável de imóveis, situados na cidade de Jacareí.

LEI 252, de 8 de março de 1949 — Dispõe sobre contagem, com o acréscimo de um quinto, do tempo de serviço dos funcionários do Departamento de Profilaxia da Leprosia, para efeito de aposentadoria e dá outras providências.*

DECRETO 18.563-B, de 5 de abril de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 18.662, de 21 de junho de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.670-A, de 22 de junho de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

PORTARIA 8, de 25 de junho de 1949 (Diretor) — Baixa instruções para a concessão das "transferências para ambulatório".

DECRETO 18.674, de 27 de junho de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 369, de 25 de julho de 1949 — Dispõe sobre aquisição, por via judicial ou amigável, de servidão perpétua de passagem, sobre uma faixa de terreno situada no município de Mogi das Cruzes.

DECRETO 18.727, de 26 de julho de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.807, de 6 de set. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.808, de 6 de set. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.832, de 22 de set. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.834, de 22 de set. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.892, de 19 de out. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 18.904, de 25 de out. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 513, de 19 de nov. de 1949 — Dispõe sobre o reajustamento de verbas orçamentárias do exercício vigente — D. P. L. verba 289.

DECRETO 18.940-D, de 22 de nov. de 1949 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 513, de 19 de novembro de 1949, a dis-

* Vigência suspensa pelo Dec. 24.35, de 25-2-55. Veja dec. 26.544, de 5-10-1956 (Art. 293).

crição constante das tabelas anexas — D. P. L. — verba 289.

LEI 514, de 22 de nov. de 1949 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1950 — D. P. L. verba 305.

DECRETO 18.973, de 30 de nov. de 1949 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 520, de 1.º de dez. de 1949 — Altera a denominação dos leprocômios do Estado de S. Paulo.

LEI 530, de 9 de dez. de 1949 — Dispõe sobre a criação de doze Postos de Saúde, subordinados ao Departamento de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.

LEI 615, de 30 de dez. de 1949 — Dispõe sobre concessão de diversos auxílios. Art. 1.º itens 237 e 248. pág. 534.

DECRETO 19.080-A, de 4 de jan. de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 631, de 9 de jan. de 1950 — Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos cargos que integram os quadros do funcionalismo público civil do Estado, o salário dos extranumerários, bem como dos componentes da Fôrça Pública, Guarda Civil de São Paulo e da extinta Polícia Especial, e dá outras providências. Art. 54 — Eleva as gratificações mensais aos doentes de lepra, que prestam serviço dentro dos Sanatórios do Estado de São Paulo.

LEI 634, de 6 de fev. de 1950 — Dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra.

DECRETO 19.209-C, de 28 de fev. de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.210-X, de 1.º de março de 1950 — Dispõe sobre relocação

de cargo.

LEI 651, de 6 de março de 1950 — Declara de utilidade pública a "Bandeira Paulista Contra a Tuberculose" e a "Associação Paulista de Assistência no Doente de Lepra.

DECRETO 19.253, de 14 de março de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.364-C, de 19 de abril de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.364-D, de 19 de abril de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.419-A, de 13 de maio de 1950 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente. (D. P. L.).

DECRETO 19.444-I, de 30 de maio de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.454, de 31 de maio de 1950 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente. (D. P. L.).

DECRETO 19.456, de 31 de maio de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.559, de 18 de julho de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

EMENDA Constitucional de 1º de agosto de 1950 — Título IV — Dos funcionários públicos. Art. 94 (Afastamento e aposentadoria por motivo de moléstia).

DECRETO 19.686, de 24 de agosto de 1950 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 19.690, de 24 de agosto de 1950 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 306.

DECRETO 19.806, de 4 de out. de 1950 — Altera as Tabelas explica-

tivas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 306.

DECRETO 19.845, de 16 de out. de 1950 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente D. P. L. — verba 306.

LEI 830, de 14 de nov. de 1950 — Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 305.

DECRETO 19.957, de 16 de nov. de 1950 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 306.

LEI 852, de 21 de nov. de 1950 — Orça e receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1951 — D. P. L. — verba 283.

DECRETO 20.032, de 29 de nov. de 1950 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 306.

DECRETO 20.075, de 13 de dez. de 1950 — Dispõe que se observe na execução da Lei 852, de 21 de novembro de 1950, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. — D. P. L. — verba 283.

DECRETO 20.192, de 9 de jan. de 1951 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 20.224, de 19 de jan. de 1951 — Aprova o Regulamento do Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências. Art. 34.

LEI 963, de 29 de jan. de 1951 — Estende a todos os funcionários públicos as vantagens da Lei 488, de 20 de outubro de 1949.*

Lei 488, de 19-10-49 — Dispõe sobre contagem de tempo de serviço dos funcionários da Divisão do Serviço de Tuberculose, para efeito de apo-

sentadoria e dá outras providências.

LEI 971, de 12 de fev. de 1951 — Dispõe sobre concessão de auxílios a entidades assistenciais do Estado.*

DECRETO 20.313, de 20 de fev. de 1951 — Declara de utilidade pública imóveis situados no distrito, município e comarca de Jacareí, destinados à construção das oficinas e praça de esportes do Preventório de Jacareí, do Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 20.380-A, de 15 de março de 1951 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 992, de 2 de abril de 1951 — Dá nova redação ao art. 1.º do Dec.-lei 15.020, de 6 de setembro de 1945.

DECRETO 20.442, de 23 de abril de 1951 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 284.

LEI 1.045, de 30 de maio de 1951 — Dispõe sobre nomeação de egressos com alta hospitalar, para o exercício interino de cargos públicos.

DECRETO 20.541-A, de 30 de maio de 1951 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente. (Lepra).

DECRETO 20.550, de 31 de maio de 1951 — Torna sem efeito o Decreto 18.674, de 27 de junho de 1949, que dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 20.563, de 11 de junho de 1951 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente — D. P. L. — verba 284.

DECRETO 20.691, de 7 de agosto de 1951 — Declara de utilidade pú-

* A Lei 1.657, de 22-7-52, dê nova redação ao item 156 do art. 1.º da lei acima.

blica imóveis situados no bairro e freguesia de Santana, município e comarca da capital, necessários ao desenvolvimento das instalações do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 20.736-A, de 30 de agosto de 1951 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente D. P. L. — verba 283.

DECRETO 20.767-A, de 14 de set. de 1951 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente D. P. L. — verba 283.

LEI 1.212, de 12 de out. de 1951 — Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente — Parte II — Despesa geral — § 8.º — pp. 40 e 124.

LEI 1.219, de 12 de out. de 1951 — Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, do Município de Jundiáí, imóveis destinados à construção do edifício da Inspetoria Regional do Departamento da Lepra.

LEI 1.220, de 16 de out. de 1951 — Dispõe sobre concessão de auxílios, no corrente exercício.

DECRETO 20.869-A, de 20 de out. de 1951 — Altera as tabelas explicativas do orçamento vigente.

DECRETO 20.943, de 13 de nov. de 1951 — Dispõe sobre a admissão de dentista mensalista nos Sanatórios e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.

LEI 1.298, de 16 de nov. de 1951 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1952. Parte II — Despesa geral § 8.ºp. 276.

LEI 1.307, de 27 de nov. de 1951 — Dispõe sobre suplementação de verbas do Orçamento vigente.

DECRETO 20.971-B, de 27 de nov. de 1951 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente: Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 20.973, de 28 de nov. de 1951 — Dispõe que se conserve, na execução da lei 1.298, de 16 de novembro de 1951, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. Parte II — Despesa geral — § 8.º — p. 388.

DECRETO 20.984, de 29 de nov. de 1951 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente: Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 21.020, de 11 de dez. de 1951 — Discrimina as suplementações e reduções de verbas orçamentárias, determinadas pelas Leis 1306 e 1307, de 27 de novembro de 1951. 1). P. L. — verba 284.

LEI 1.512, de 28 de dez. de 1951 — Dispõe sobre os proventos dos servidores aposentados ou reformados em consequência de moléstia incurável ou contagiosa.

LEI 1.527, de 28 de dez. de 1951 — Autoriza o Governo do Estado a elevar as mensalidades que vem pagando à "Associação Santa Terezinha", pela internação "per capita" de menores, da forma que especifica.

DECRETO 21.200, de 6 de fev. de 1952 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 21.298, de 20 de março de 1952 — Extingue cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 21.329-C, de 2 de abril de 1952 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 21.329-D, de 2 de abril de 1952 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 21.341, de 15 de abril de 1952 — Dispõe sobre concessão da gratificação referida no art. 8.º do Decreto-lei 14.865, de 13-7-45, aos servidores em exercício nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.*

ATO 5; de 3 de julho de 1952 (Secretário) — Aprova o Regimento interno dos Sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra.**

LEI 1.657, de 22 de julho de 1952 — Dá nova redação ao item 156, do art. 1.º da Lei 971, de 12 de fevereiro de 1951.

LEI 1.676, de 31 de julho de 1952 — Passa a denominar-se Educandário Jacareí, o Preventório de igual nome existente naquela cidade.

DECRETO 21.653, de 18 de agosto de 1952 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 21.698, de 11 de set. de 1952 — Dispõe sobre relotação de cargo.

DECRETO 21.773, de 11 de out. de 1952 — Altera o art. 8.º do Dec. 20.348, de 5 de março de 1951.***

LEI 1.875, de 13 de nov. de 1952 — Orça a receita e fixa a despesa do

* Suspensa a vigência do dec. acima, pelo dec. 24.353, de 25 de fevereiro de 1955.

Restabelecida a vigência do dec. acima, pelo dec. 26.268, de 13 de agosto de 1956.

** Revogado pelo dec. 24.814, de 25-7-55, art. 66.

*** Dec. 20.348, de 5-3-51. Aprova o regulamento dos transportes automobilísticos oficiais do Estado. Art. 8.º — Os veículos públicos de emergência são os carros de Corpo de Bombeiros,

Estado para o exercício de 1953. Parte II — Despesa geral § 8.º — p. 316.

DECRETO 21.877-A, de 24 de nov. de 1952 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

ATO de 3 de dez. de 1952 — O Diretor Geral da S. E. S. P. A. S., nos termos do art. 5.º parágrafo único, da Lei 2.006, de 20-12-52, resolve delegar aos Diretores das dependências abaixo, as atribuições constantes do item I, do art. 2.º da referida Lei:... Ao Diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra.

LEI 1.943, de 4 de dez. de 1952 — Dispõe sobre a denominação das instituições oficiais de assistência social destinadas a recolher a infância desamparada.

DECRETO 21.906, de 6 de dez. de 1952 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 21.911, de 12 de dez. de 1952 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 1.875, de 13 de novembro de 1952, a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas. Parte II — Despesa geral — § 8.º - pp. 370, 378.

DECRETO 21.913, de 12 de dez. de 1952 — Extingue cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

as ambulâncias da Assistência Policial, viaturas da Rádio Patrulha, em serviço e os automóveis de transporte de autoridades policiais em serviço urgente.

Nova redação em 11-10-52: "Art. 8.º — Os veículos públicos de emergência são: os carros do Corpo de Bombeiros, as viaturas da Rádio Patrulha, em serviço, as ambulâncias, os carros destinados ao transporte ou captura de doentes e remoção de cadáveres, pertencentes aos Dep. de Assistência a Psicopatas e de Profilaxia da Lepra, e a

Repartição de Transportes da Secretaria de Estado da Saúde Pública

- LEI 1.967, de 15 dez. de 1952** — Dispõe sobre a concessão de auxílios. 277 — São Paulo LXXVIII — Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. Pág. 480.
- LEI 2.022, de 24 de dez. de 1952** — Dispõe sobre concessão de auxílios. Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra; Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra; Educandário Santa Terezinha, Cotia, Dependência da Associação Santa Terezinha, com sede na Capital. pp. 575 e 577.
- LEI 2.025, de 24 de dez. de 1952** — Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação situado no município de Botucatu.
- LEI 2.080, de 24 de dez. de 1952** — Dispõe sobre concessão de subvenções a entidades médico-sociais do Estado. Fundação Paulista Contra a Lepra (Ambulatório) Capital. P. 635.
- LEI 2.122, de 27 de dez. de 1952** — Dispõe sobre a concessão de auxílios no corrente exercício. 215 — S. Paulo — XLVI Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra; L Associação Santa Terezinha, 331 — S. Paulo; XXI Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. p.p. 696 e 717.
- DECRETO 21.985-C, de 30 de dez. de 1952** — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.
- DECRETO 21.995, de 12 de jan. de 1953** — Dispõe sobre relação de cargo.
- DECRETO 22.022, de 31 de jan. de 1953** — Código de Impostos e Taxas — Livro XIV — Das isenções gerais — Capítulo II — Das isenções de impostos, art. 8.º.
- DECRETO 22.190, de 20 de abril de 1953** — Dispõe sobre relação de

e Assistência Social, assim como os automóveis das autoridades policiais".

- DECRETO 22.284, de 27 de maio de 1953** — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.
- LEI 2.191, de 29 de julho de 1953** — Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado à instalação, no interior do Estado, de Delegacias Regionais, Dispensários e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra.*
- LEI 2.238, de 11 de agosto de 1953** — Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação.
- LEI 2.266, de 18 de agosto de 1953** — Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação.
- DECRETO 22.728, de 15 de set. de 1953** — Dispõe sobre relação de cargo.
- LEI 2.315, de 6 de out. de 1953** — Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00.
- LEI 2.338, de 20 de out. de 1953** — Dispõe sobre instituição de bolsas de estudo no D. P. L.
- LEI 2.382, de 24 de nov. de 1953** — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1954. Parte II — Despesa geral — § 8.º p. 170.
- DECRETO 22.884, de 24 de nov. de 1953** — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente: Departamento de Profilaxia da Lepra.
- DECRETO 22.896, de 26 de nov. de 1953** — Abre crédito suplementar de Cr\$ 689.057.985,30 autorizado pelo art. 5.º da Lei 1.875, de 13-11-52. Parte II — Despesa geral — § 8.º pág. 188.
- LEI 2.391, de 2 de dez. de 1953** — Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente. Parte II — Despesa geral — § 8.º pág. 328.

* Nova redação ao art. 1.º, da Lei acima,

pela Lei 2.463, de 30-12-1953.

A vigência do crédito acima, rol prorrogada até 31-12-1956, pelo dec. 25240, de 31-12-1955.

DECRETO 22.912, de 2 de dez. de 1953 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 2.391, de 2 de dezembro de 1953, a discriminação constante das tabelas anexas. Parte II — Despesa geral — § 8.º p. 342.

DECRETO 22.934, de 11 de dez. de 1953 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 22.947, de 15 de dez. de 1953 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 23.010, de 29 de dez. de 1953 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 2.382, de 24 de novembro de 1953 e § 11, do art. 1.º da Lei 2.412, de 16 de dezembro de 1953, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. Parte II — Despesa geral § 8.º p. 398.

LEI 2.463, de 30 de dez. de 1953 — Dá nova redação ao art. 1.º da Lei 2.191, de 29 de julho de 1953.

LEI 2.482, de 31 de dez. de 1953 — Dispõe sobre concessão de auxílios. 248 — S. Paulo LXXXIII — Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. LXXVII — Associação Santa Terezinha. p. 504.

LEI 2.603, de 16 de jan. de 1954. — Dispõe sobre a criação do Departamento de Administração, na Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social (art. 13 — § único).*

DECRETO 23.038, de 16 de jan. de 1954 — Dispõe sobre lotação de cargos e funções gratificadas.

DECRETO 23.073, de 28 de jan. de

* § único — O dispositivo neste artigo [13] não se aplica aos advogados em exercício no Departamento de Profilaxia da Lepra.

1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

ATO 4, de 3 de fey. de 1954 — O Diretor Geral Substituto, do Departamento de Administração da S. E. S. P. A. S., usando da atribuição que lhe confere o art. 5.º, da Lei 2.006, de 20-12-52, resolve: "Fica delegado ao Diretor Geral do Departamento de Saúde e aos Diretores do... Departamento de Profilaxia da Lepra,... dentro das respectivas esferas de competência, a atribuição de autorização despesas até o limite de Cr\$ 50.000,00 mensais, por consignação.

DECRETO 23.108, de 9 de fev. de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 23.180, de 9 de março de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 2.665, de 10 de março de 1954 — Concede pensões mensais na importância de Cr\$ 1.500,00 cada uma a egressos de sanatórios.'

DECRETO 23.341, de 11 de maio de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 23.371, de 25 de maio de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 23.470, de 21 de julho de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 23.495, de 2 de agosto de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 23.559, de 17 de agosto de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

CONVÊNIO celebrado entre o Departamento de Profilaxia da Lepra e a Faculdade de Medicina de Sorocaba, para o funcionamento do Dispensário naquela cidade, em

* Regulamentada pelo Dec. 25.136. de 22 novembro de 1955.

conexão com a Cátedra de Dermatologia da referida Faculdade. 20-9-1954.

DECRETO 23.663, de 25 de set. de 1954 — Dispõe sobre relocação de cargo.

LEI 2.751, de 2 de out. de 1954 — Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos e salários dos servidores civis do Estado e dá outras providências. Art. 10.º — Ficam elevados de 40% (quarenta por cento) as gratificações mensais pagas aos doentes de lepra que prestam serviços dentro dos leprosários do Estado, (vetado...)."

LEI 2.787, de 18 de nov. de 1954 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o Exercício de 1955. Parte II — Despesa Geral § 8.º p. 146aº

DECRETO 23.854, de 23 de nov. de 1954 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 23.877, de 30 de nov. de 1954 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 23.908, de 7 de dez. de 1954 — Altera as Tabelas explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 23.911-A, de 11 de dez. de 1954 — Dispõe que se observe, na execução da Lei 2.787, de 18 de novembro de 1954, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas. Parte II — Despesa Geral § 8.º e relação das quartas ou sextas partes de ordenados e vencimentos a funcionários do Estado. pp. 384 e 723.

DECRETO 23.920, de 14 de dez. de 1954 — Altera as Tabelas explitiv.s do Orçamento vigente.

LEI 2.877, de 20 de dez. de 1954 —

Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente. Parte II — Despesa Geral § 8.º p. 362.

LEI 2.891, de 23 de dez. de 1954 — Declara de utilidade pública a "Sociedade Paulista de Leprologia", com sede em Gopoúva.

LEI 2.898, de 23 de dez. de 1954 — Dispõe sobre concessão de preferência para matrícula nus estabelecimentos de ensino elementar ou médio mantidos pelo Estado.

LEI 2.917, de 28 de dez. de 1954 — Dispõe sobre concessão de auxílios. 266 — De S. Paulo XLVIII p. 472.

DECRETO 24.072, de 29 de dez. de 1954 — Abre, em complemento ao Dec. 23.824, de 11-11-54, crédito suplementar de Cr\$ 25.045.030,70, autorizado pelo artigo 31, da Lei 2.751, de 2-10-54. Parte II — Despesa geral § 8.º p. 842.

DECRETO 24.099, de 4 de jan. de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargos.

ATO 1, de 7 de jan. de 1955 (Secretário) — Fica delegado ao Diretor do D. P. L., desta Secretaria de Estado, competência para autorizar, sem prejuízo do disposto na Lei 511, de 8-11-1949, as despesas indispensáveis à aquisição de produtos farmacêuticos, até o limite de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

DECRETO 24.129, de 11 de jan. de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.228, de 24 de jan. de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 24.230, de 24 de jan. de 1955 — Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de

* Nova tabela: Veja Dec. 26.544, de 5-10-1956.

** Veja Dec. 23.911-A. de 11 de dezembro de 1954.

Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 24.231, de 24 de janeiro de 1955 — Dispõe sobre a lotação de cargos.

DECRETO 24.353, de 25 de fevereiro de 1955 — Dispõe sobre a suspensão da vigência de decretos concessivos de gratificação, regula o pagamento de ajudas de custo e dá outras providências.

DECRETO 24.532, de 5 de março de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

RESOLUÇÃO 434, de 7 de março de 1955 — Suspende, até ulterior deliberação, o pagamento de despesas que especifica relativas a exercícios anteriores.

ATO de 15 de março de 1955 (Secretário) — Declara cessados os efeitos dos atos abaixo que concederam, nos termos do art. 4.º do Dec. 15.019, de 6-9-45 e de conformidade com o art. 8.º do Dec.-lei 14.865, de 13-7-45, as seguintes gratificações a funcionários do Departamento de Profilaxia da Lepra, desta Secretaria. (Segue relação).

ATO 18, de 31 de março de 1955 (Secretário) — Nomeia uma Comissão de Estudos de Lepra.

DECRETO 24.488, de 19 de abril de 1955 — Abre crédito suplementar de Cr\$ 2.250.000.000,00, autorizado pelo art. 5.º da Lei 2.787, de 18-11-54. Parte II — Despesa geral § 8.º p. 142.

DECRETO 24.497, de 26 de abril de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.503, de 26 de abril de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.583, de 24 de maio de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.604, de 31 de maio de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.*

DECRETO 24.606, de 31 de maio de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargos.

DECRETO 24.716, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.717, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de função gratificada.

DECRETO 24.718, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de função gratificada.

DECRETO 24.719, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.720, de 6 de julho de 1955 — Extingue cargos no quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.**

DECRETO 24.721, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.722, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.723, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.724, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre extinção de cargos no quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 24.725, de 6 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.757, de 12 de julho de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

* Tornado sem efeito, por força do Dec. 4.904, de 31-8-55.

** Tornado sem efeito, por força do Dec. 24.880, de 22-8-55.

DECRETO 24.814, de 25 de julho de 1955 — Aprova o Regulamento do Sanatório de Pirapitinguí aplicável aos demais sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.*

DECRETO 24.845, de 9 de agosto de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo e função gratificada.

DECRETO 24.853, de 9 de agosto de 1955 — Aprova o Regulamento do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 24.854, de 9 de agosto de 1955 — Modifica dispositivos do Decreto 24.814, de 25 de julho de 1955 que aprova o Regulamento do Sanatório Pirapitinguí do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 24.877, de 22 de agosto de 1955 — Dispõe sobre relocação de função gratificada.

DECRETO 24.879, de 22 de agosto de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargos.**

DECRETO 24.880, de 22 de agosto de 1955 — Torna sem efeito o Dec. 24.720, de 6 de julho de 1955, que dispõe sobre extinção de cargo.

DECRETO 24.904, de 31 de agosto de 1955 — Torna sem efeito o Dec. 24.604, de 31 de maio de 1955, que dispõe sobre relocação de cargo.

PORTARIA 50, de 5 de setembro de 1955 (Diretor) — Determina a ob-

servância de instruções destinadas à concessão e permanência do isolamento domiciliário aos doentes de lepra, de acordo com a legislação vigente."

PORTARIA 52, de 21 de setembro de 1955 (Diretor) — Tendo em vista a necessidade de disciplinar as normas referentes à concessão do atestado de incapacidade do egresso para efeito de recebimento de pensões do Estado, resolve especificar as condições do fornecimento do referido atestado.

LEI 3.160, de 23 de setembro de 1955 — Concede pensões, na importância de Cr\$ 1.500,00 a cada um, a egressos dos sanatórios de lepra.**

PORTARIA 53, de 23 de setembro de 1955 (Diretor) — Dispõe sobre a concessão de licenças aos internados nos Sanatórios de Lepra do Estado.

PORTARIA 54, de 23 de setembro de 1955 (Diretor) — Aperfeiçoa e amplia a assistência judiciária e extrajudiciária ao hanseniano.

PORTARIA 55, de 26 de setembro de 1955 (Diretor) — Dispõe sobre normas a serem observadas no tocante a visitas aos internados e ao sanatório.

PORTARIA 56, de 26 de setembro de 1955 (Diretoria) — Organiza a Procuradoria do D. P. L., instituída pelo Decreto 7.022, de 22-3-35.

LEI 3.162, de 28 de setembro de 1955 — Dispõe sobre concessão de auxílio à Associação Santa Terezinha, desta Capital.

DECRETO 24.994, de 13 de outubro de 1955 — Retifica o Dec. 24.879, de 22 de agosto de 1955, que dispõe sobre relocação de cargo.***

* Modificado pelo Dec. 24.854, de 9-8-55.

** Retificado pelo Dec. 24.994, de 13-10-55, o qual foi tornado sem efeito por força do Dec. 25.048, de 19-10-55.

* Revogada pela Portaria 52, de 5 de maio de 1957.

** Regulamentada pelo Dec. 25.136, de 22-11-55.

*** Tornado sem efeito, por força do Dec. 25.048, de 19-10-55.

DECRETO 24.996, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 24.998, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 25.000, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 25.001, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 25.002, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 25.003, de 13 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 25.007, de 13 de outubro de 1955 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 25.068, de 27 de outubro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargos,

PORTARIA 91, de 3 de novembro de 1955 (Diretor) — Regulamenta, nos Sanatórios, a introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas.

LEI 3.235, de 7 de novembro de 1955 — Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente e dá outras providências. Parte II — Despesa geral § 8.º pp. 102 e 150.º

DECRETO 25.088, de 7 de novembro de 1955 — Dispõe que se observe na execução da Lei 3.235, de 7 de novembro de 1955, a discriminação constante das tabelas anexas. Parte II — Despesa Geral § 8.º p. 172.

LEI 3.240, de 11 de novembro de 1955 — Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1956. Parte II — Despesa geral § 8.º p. 296.

DECRETO 25.136, de 22 de novembro de 1955 — Regulamenta as Leis n. 2.665, de

PORTARIA 70, de 19 de outubro de 1955 (Diretoria) — Dispõe sobre plantão médico nos Sanatórios.

PORTARIA 71, de 19 de outubro de 1955 (Diretor) — Fixa normas para transferência de pacientes de Sanatório.

PORTARIA 72; de 19 de outubro de 1955 (Diretor) — Fixa normas sobre o internamento de doentes em Sanatórios.

PORTARIA 73, de 19 de outubro de 1955 (Diretor) — Dispõe sobre os direitos, deveres e obrigações atribuídos ao doente internado.

PORTARIA 74, de 19 de outubro de 1955 (Diretor) — Fixa normas a serem observadas pelos servidores dos Sanatórios de lepra.

DECRETO 25.048, de 19 de outubro de 1955 — Torna sem efeito o Dec. 24.996, de 13 de outubro de 1955, que dispõe sobre relocação de cargo.

10 de março de 1954 e 3.160, de 23 de setembro de 1955, que concedem pensões aos egressos de sanatórios de lepra.

DECRETO 25.141, de 22 de novembro de 1955 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 25.187, de 6 de dezembro de 1955 — Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente.

DECRETO 25.188, de 6 de dezembro de 1955 — Aprova o Regulamento do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social. **

PORTARIA 96, de 7 de dezembro de 1955. (Diretor) — Aprova as Instru-

* O dec. 25.088, de 7 de novembro de 1955, complementa a Lei acima.

** Modificado pelo Dec. 25.252, de 21 de dezembro de 1955. Dispositivos alterados pelo Dec. 20.355 de 14-8-57.

ções n. 1, anexas, elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da S. S. P. A. S. (Instruções n. 1 — Fixam normas para o recebimento, registro, autuação, distribuição e arquivamento de papéis pelos Serviços de Comunicações do Departamento de Profilaxia da Lepra).

DECRETO 25.197, de 7 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO 25.217, de 13 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social,

PORTARIA 97, de 21 de dezembro de 1955 (Diretor) — Aprova as Instruções n. 2, elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da SSPAS.

PORTARIA 98, de 21 de dezembro de 1955 (Diretor) — Aprova as Instruções n. 3 elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da SSPAS.

DECRETO 25.251, de 21 de dezembro de 1955 — Fixa o número de servidores dos Sanatórios de Lepra do Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 25.252, de 21 de dezembro de 1955 — Modifica dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto 25.188, de 6 de dezembro de 1955, relativo ao Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.

DECRETO 25.253, de 21 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre relocação de cargo.

PORTARIA 99, de 26 de dezembro de 1955 (Diretoria) — Determina a observância das Instruções de Serviço 11.º 4. "Fixam normas sobre o preparo do doente, escolha do medicamento, acidentes e

controle da terapêutica, avaliação dos resultados".

PORTARIA 101, de 26 de dezembro de 1955 (Diretoria) — Determina a observância das Instruções de Serviço n.º 6. "Dispõem sobre o tratamento específico dos doentes internados".

DECRETO 25.293, de 28 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre abertura na Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social, do crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, autorizado pela Lei 2.191, de 29 de julho de 1953, modificada pela Lei 2.463, de 30 de dezembro de 1953.*

DECRETO 25.340, de 31 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre a prorrogação da vigência do crédito especial a que se refere a Lei 2.191, de 29 de julho de 1953, modificada pela Lei 2.463, de 30 de dezembro de 1953.

LEI 3.333, de 31 de dezembro de 1955 — Dispõe sobre concessão de auxílios a diversas entidades, no exercício de 1955. Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. Págs. 452, 454, 455, 456, 457, 462, 467, 469, 470, 472, 474, 476, 480, 484, 487, 490, 491, 493, 494, 496, 497, 507, 509, 521, 528, 539, 544.

LEI 3.335, de 4 de janeiro de 1956 — Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado à campanha a ser realizada pelo Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 25.392, de 24 de janeiro de 1956 — Fixa o número de servidores dos Dispensários do Departamento de Profilaxia da Lepra.

ATO s. n., de 11 de abril de 1956 (Secretário) — Aprovando o acôrdo de cooperação de serviços estabelecido entre o Departamento de

* A vigência do Dec. acima, foi prorrogada até 31-12-1957, pelo Dec. 27.222, de 10-1-1957.

Saúde e o Departamento de Pro-filaxia da Lepra, ambos desta Se-cretaria, que com este baixa.

CONVÊNIO que assinam o Govêrno do Estado de São Paulo e Jockey Club de São Paulo para a instalação de 4 dispensários destinados ao tratamento das formas fechadas do mal de Hansen e ao exame sistemático e periódico dos comunicantes dos doentes.

DECRETO 26.268, de 13 de agosto de 1956 — Restabelece, para os servidores do Departamento de Profilaxia da Lepra, a vigência do Dec. 21.341, de 15 de abril de 1952.

ATO 22 de 21 de agosto de 1956 (Secretário) — Institui Comissão encarregada de elaborar plano de intensa aplicação do B. C. G. em todo o território do Estado.*

DECRETO 26.466, de 25 de setembro de 1956 — Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidor extranumerário mensalista para o Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 26.544, de 5 de outubro de 1956 — Aprova a Consolidação das Leis referentes aos funcionários públicos civis do Estado. (Título I — Capítulo XX — Art. 293 — Da contagem de tempo de serviço. Título II — Capítulo IV — Seção II — Da gratificação pelo exercício em determinados locais. Título III — Capítulo II — Seção III — Da licença ao funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia. Idem Capítulo V — Seção I — Art. 552 — Da aposentadoria).**

DECRETO 26.568, de 10 de outubro

de 1956 — Dispõe sôbre relotação de cargo.

ATO s. n. de 18 de outubro de 1956 (Secretário) — Concede gratificação (nos termos do art. 8.º do Dec. 21.341, de 15 de abril de 1952) a funcionários e servidores do D. P. L.

DECRETO 26.694, de 6 de novembro de 1956 — Altera a redação da Consolidação aprovada pelo Dec. 26.544, de 5 de outubro de 1956. Art. 5.º § 3.º.

RESOLUÇÃO 687, de 3 de dezembro de 1956 — Designa professor universitário para visitar Sanatórios da Lepra do Estado e sugerir medidas necessárias ao melhor rendimento dos serviços administrativos.

DECRETO 26.975, de 11 de dezembro de 1956 — Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidor extranumerário mensalista, para o Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 26.976, de 11 de dezembro de 1956 — Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidores extranumerários mensalistas, para o Departamento de Profilaxia da Lepra.

DECRETO 27.103, de 26 de dezembro de 1956 — Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidores extranumerários mensalistas para o Departamento de Profilaxia da Lepra.

LEI 3.680, de 31 de dezembro de 1956 — Aprova convênio celebrado entre o Serviço Nacional de Lepra e o Instituto Butantan

* Retificação no D. O. de 29-8-1956.

** Redação alterada pelo Dec. 26.699, de 6-11-1956.

Disposições regulamentadas pelo Dec. 27 300, de 22-1-1957.

ADENDA

PROJETOS, REGULAMENTOS, MENSAGENS, ETC.

s. d.

- Regimento do D. P. L. do Estado de São Paulo.
- Regulamento das altas, D. P. L. do Estado de São Paulo.
- Projeto para a organização da luta contra a lepra no Estado de S. Paulo: trabalho apresentado à Sociedade de Medicina e Cirurgia, pelo sócio titular dr. Enjolras Vampré. (Este projeto foi submetido à apreciação do exmo. sr. dr. diretor do Serviço Sanitário).

1836

- Regimento do Hospital dos Lázarus da Imperial Cidade de São Paulo. (a) Joaquim Floriano de Toledo. 9 de fev. de 1836.

1925

- Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. 1925 (Presidente Carlos de Campos) A lepra.

1928

- Regulamento e Regimento Interno do Asilo Colônia Santo Ângelo.
- Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. 1928 (Presidente Júlio Prestes) Plano de reorganização do Serviço de Profilaxia da Lepra.

1936

- Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléia Legislativa de S. Paulo, a 9 de julho de 1936.

1937

- Esbôço de regulamentação de alta no D. P. L. Para ser discutido e receber sugestões na próxima sessão da Sociedade Paulista de Leprologia. Dr. Nelson de Souza Campos.

1944

- Projeto de dec.-lei de 1944. Modifica a estrutura administrativa do Departamento de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.

1945

- Projeto de dec.-lei, de 1945. Estabelece o regime de trabalho e fixa a retribuição dos servidores em exercício no D. P. L. e dá outras providências.

1946

- Projeto de dec.-lei. Dispõe sobre a criação de um Asilo-Colônia subordinado ao D. P. L. (Ilha Anchieta).

1947

- Concede pensão mensal de Cr\$.. 2.500, ao sr. A. G. A.
- Projeto de lei 109, de 1947. Dispõe sobre a criação do Serviço de Assistência Social aos Doentes de Lepra, além de outras providências.
- Projeto de lei 190, de 1947. Dispõe sobre aposentadoria dos funcionários do D. P. L. (vetado).

1948

- Projeto de lei 526, de 1948. (Reserva de vinte por cento (20%) do

n.º de funções de extranumerário mensalista nos leprosários e postos de tratamento do D. P. L., para serem ocupadas por doentes de lepra).

1949

- Mensagem apresentada pelo Governador Adhemar de Barros à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. 14 de março de 1949. Lepra (p. 28).
- Projeto de lei s/n. de 14-12-1949. Concede à Caixa Beneficente do Sanatório Padre Bento" a subvenção de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

1950

- Mensagem apresentada pelo Governador Adhemar de Barros, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
- Projeto de lei s/n. de 1950 Dispõe sobre a criação de função gratificada e extinção de cargo.

1953

- Projeto 279, de 1953. Doação à Fazenda do Estado, de terreno para construção de edifício para a Inspeção Regional de Sorocaba, do D. P. L.
- Projeto de lei 1.464, de 1953. Dispõe sobre a concessão de benefício aos doentes de lepra e aos curados do terrível mal.

1954

- Mensagem 336, do Sr. Governador do Estado, em 29 de setembro de 1954. Lepra p. 38.

1955

- Mensagem s/n, do Sr. Governador,

do Estado, em 14 de março de 1955. (D. P. L. pp. 46 e 47).

- Projeto de lei 609, de 1955. Dispõe sobre a mensalidade a ser paga pelo internamento de menores em estabelecimentos particulares tipo cidade ou colônia de menores.

1956

- Projeto de lei 834, de 1955. Dispõe sobre a concessão de uma pensão ao sr. P. L., no valor de Cr\$ 1.500,00.
- Projeto de lei s/n. de 1956. Dispõe sobre a concessão da gratificação prevista no artigo 8.º do dec.-lei 14.865, de 13-7-1945 aos funcionários públicos e extranumerários contratados, mensalistas e diaristas, com exercício em sanatórios, dispensários, no Serviço do Pênfigo Foliáceo e em outras dependências do Departamento de Profilaxia da lepra...
- Projeto de lei 433, de 1956. Autoriza a abertura de crédito suplementar à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social. (Mensagem n.º 183, do sr. Governador do Estado).
- Projeto de lei 622, de 1956. Mensagem 266 do Sr. Governador do Estado. (D. P. L. pp. 34 e 75).
- Mensagem 339, do Sr. Governador do Estado, em 24 de outubro de 1956. (D. P. L. p. 51).
- Subsídios para a profilaxia da lepra. Relatório da comissão designada pela Sociedade Paulista de Leprologia. (Pupo, J. A.; Baptista, L.; Barros, J. M.; Bechelli, L. M.; Reis Filho, J. C. M.; Rotberg, A. e Campos, N. S.).

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Anistia

- Concede anistia aos doentes do mal de Hansen, fichados no D. P. L. — Dec. 17.251, de 28 de maio de 1947.

Aposentadoria

- Estabelece as bases para o cálculo e fixação dos proventos a serem atribuídos aos servidores do Estado e dos municípios, que passarem à inatividade em consequência de aposentadoria ou jubilação e providencia sôbre a situação dos que atualmente se acham em disponibilidade remunerada ou em gozo de licença sem limite de tempo. — Dec. 6.690, de 21 de set. de 1934.
- Título VII — Dos funcionários públicos. Art. 87 item 7. Afastamento e aposentadoria, em virtude de doença contagiosa e crônica. — Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1935.
- Inatividade de oficiais da Fôrça Pública. Arts. 8.º, 9.º, 13f, 16b. — Lei 2.940, de 6 de abril de 1937.
- Dispõe sôbre a uniformização das medidas necessárias à investidura de cargos públicos e sôbre afastamento — Dec. 9.800, de 11 de out. de 1938.
- Dispõe sôbre afastamento e aposentadoria de funcionários públicos. — Dec. 10.028, de 28 de fev. de 1939.
- Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de São Paulo — Capítulo XI — Art. 193 — Da aposentadoria. — Dec.-lei 12.273, de 28 de out. de 1941.
- Dá nova redação ao art. 26, à letra "F" do art. 13, e à letra "B" do art. 16, todos da Lei 2.940, de 6 de abril de 1937. — Dec.-lei 14.103, de 1.º de agOsto de 1944.
- Título IV — Dos Funcionários

Públicos. Art. 94. (Afastamento e aposentadoria por motivo de moléstia.)

- Constituição do Estado de São Paulo, de 10 de julho de 1947.
 - Título IV — Dos Funcionários Públicos. Art. 94. (Afastamento e aposentadoria por motivo de moléstia.)
 - Emenda Constitucional de 1.º de agosto de 1950.
 - Dispõe sobre os proventos dos servidores aposentados ou reformados em consequência de moléstia incurável ou contagiosa. — Lei 1.512, de 28 de dez. de 1951.
 - Aprova a Consolidação das leis referentes aos funcionários públicos civis do Estado. Título III — Capítulo V
 - Seção I — Da Aposentadoria. — Dec. 26.544, de 5 de out. de 1956.
 - Altera a redação da Consolidação aprovada pelo Dec. 26.544, de 5 de out. de 1956. — Dec. 26.694, de 6 de nov. de 1956.
- Aposentadoria,** funcionários.
Vide: Servidores, aposentadoria.
- Aquisição. Vide: Desapropriação e aquisição**
- Arrendamento. Vide: Contratos,** arrendamento, construção e locação
- Asilo-Colônia. Vide: Sanatórios**
- Asilos. Vide: Entidades privadas**
- Assistência Judiciária**
- Institui a assistência judiciária aos hansenianos, fixa as atribuições do Procurador da Inspeção e dá outras providências. — Dec. 7.022, de 22 de março de 1935.

Dispõe quanto à organização do D. P. L. — Lei 2.898, de 14 de jan. de 1937.

- Cria o Departamento Jurídico do Estado, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e dá outras providências. Art. 9.º § único — Até nova determinação, os funcionários abrangidos por este artigo ficam considerados à disposição dos órgãos em que estão atualmente servindo. — Dec.-lei 17.330, de 27 de junho de 1947.
- Aperfeiçoa e amplia a assistência judiciária e extra-judiciária ao hanseniano. — Portaria 54, de 23 de set. de 1955. (Diretor)
- Organiza a Procuradoria do D. P. L., instituída pelo Dec. 7.022, de 22 de março de 1935. — Portaria 56, de 26 de set. de 1955. (Diretoria)

Assistência social

- Título VII — Da Assistência Social e Saúde Pública. — Constituição do Estado de São Paulo, de 10 de julho de 1947.
- Dispõe sobre a denominação das instituições oficiais de assistência social destinadas a recolher a infância desamparada. — Lei 1.943, de 4 de dez. de 1952.
- Dispõe sobre concessão de preferência para matrícula nos estabelecimentos de ensino elementar ou médio mantidos pelo Estado. — Lei 2.898, de 23 de dez. de 1954.

Assistência social, egressos. Vide:
Egressos, assistência social

Associação assistencial. Vide:
Entidades privadas

Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra. Vide:
Entidades privadas.

Associação Santa Terezinha. Vide:
Entidades privadas,

auxílios e subvenções.

Associação Terezinha do Menino Jesus. Vide:
Entidades privadas, auxílios e subvenções

Atestados

- Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.

Auxílios e subvenções, entidades privadas. Vide:
Entidades privadas, auxílios e subvenções.

B. C. G.

- Institui Comissão encarregada de elaborar plano de intensa aplicação do B. C. G. em todo o território do Estado. — Ato 22, de 21 de agosto de 1956. — (Secretário).

Bibliotecário

- Dispõe sobre a fusão das carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxílios — art. 2.º § único (D. P. L.). — Dec. 16.136, de 25 de set. de 1946.

Bolsas de estudo

- Dispõe sobre instituição de bolsas de estudo no D. P. L. — Lei 2.338, de 20 de out. de 1953.

Caixas Beneficentes. Vide:
Assistência Judiciária

CEL. Vide: Comissão de Estudos de Lepra

Censo

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.

Comissão de Estudos de Lepra

- Nomeia unia Comissão de Estudos de Lepra. — Ato 18, de 31 de março de 1955. (Secretário).

Comissão de Inquéritos

- Nomeia comissão para apurar denúncias de irregularidades nos Leprosá-

rios e apresentar sugestões á direção dos mesmos. — Portaria 5, de 5 de set. de 1945. (Interv. Federal).

Comunicantes

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dezembro de 1926.
 - Altera disposições da lei n. 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 11 de julho de 1925, relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
 - Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Construções. Vide: Contratos,** arrendamento, construção e locação e Sanatórios, construções, reformas e manutenção.
- Contratos,** arrendamento, construção e locação.
- Aprova os termos do contrato para arrendamento, ao Govêrno do Estado, de um dos andares de um prédio, nesta Capital, para a instalação de dependências do D. P. L. — Decreto 7.271, de 3 de julho de 1935.
 - Aprova os termos do contrato assinado com a firma Francisco Azevedo e F. Palma Travassos, para execução de várias construções no Asilo-Colônia "Cocais". — Dec. 8.456, de 4 de agosto de 1937.
 - Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, de 11 salas do 8P pavimento do prédio 176, de rua Senador Feijó, "Edifício Santa Lúcia" propriedade dos srs. Bento José Gonzaga Franco e dr. José Gonzaga Franco Filho. — Dec. 13.002, de 13 de out. de 1942.
 - Aprova os termos de contrato para locação ao Governo do Estado, do Estado, do prédio situado à Avenida Angélica 310, nesta Capital, de propriedade do senhor dr. Eugênio Ulisses Gabus, destinado à instalação da Biblioteca do D. P. L. — Dec. 16.937, de 20 de fev. de 1947.
 - Aprova os termos de contrato para locação ao Governo do

Estado, de 1 prédio de propriedade do Snr. Henrique Righi, situado à rua Dr. Silva Barros, 372, em Taubaté e que se destina ao funcionamento da Inspeoria Regional local do D. P. L. — Dec. 18.299, de 14 de set. de 1948.

- Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio de propriedade do Snr. Carmine Petrocelli, situado à rua Prudente de Moraes, 1317, em Piracicaba, para nele ser instalada a Inspeoria Regional do D. P. L. — Dec. 18.367, de 23 dc nov. de 1948.

Creche. Vide: Entidades privadas **Créditos**

- Dec. 3.013, de 9 de jan. de 1919; Dec. 3.181, de 22 de março de 1920; Dec. 3.526, de 10 de nov. de 1922; Dec. 4.293, de 20 de out. de 1927; Dec. 4.350, de 19 de jan. de 1928; Dec. 4.403, de 12 de abril de 1928; Dec. 4.450, de 30 de agosto de 1928; Dec. 4.569, de 7 de março de 1929; Dec. 4.704, de 20 de fev. de 1930; Dec. 4.924, de 7 de março de 1931; Dec. 5.965, de 30 de junho de 1933; Dec. 6.797, de 24 de out. de 1934; Dec. 7.360, de 26 de julho de 1935; Lei 2.850, de 8 de jan. de 1937; Dec. 9.523, de 17 de set. de 1938; Dec. 9.587, de 5 de out. de 1938; Dec.-lei 12.331, de 20 de nov. de 1941; Dec.-lei 15.379, de 26 de dez. de 1945; Dec.-lei 16.563, de 27 de dez. de 1946; Dec.-lei 17.100, de 8 de março de 1947; Lei 2.191, de 29 de julho de 1953; Lei 2.315 de 6 de out. de 1953; Dec. 22.896, de 26 de nov. de 1953; Lei 2.463, de 30 de dez. de 1953; Dec. 24.072, de 29 de dez. de 1954; Dec. 24.488, de 19 de abril de 1955; Dec. 25.293, de 28 de dez. de 1955; Dec. 25.340, de 31 de dez. de 1955; Lei 3.335, de 4 de jan. de 1956.

Créditos, Transferência de saldo

- Dec. 6.488, de 6 de junho de 1934; Dec. 7.178, de 1.º de junho de 1935.
- D. P. L.**
- Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes — Título I — Do pessoal e da organização do serviço — Capítulo XII — Da Inspeção de Profilaxia da Lepra. — Título IV
 - Da profilaxia específica das doenças transmissíveis — Capítulo II — Da Lepra. — Dec. 3.876, de 11 de junho de 1925.
 - Altera disposições da Lei n.º 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do Dec. 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
 - Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — art. 85 — Da Inspeção de Profilaxia da Lepra. — Dec. 4.891, de 13 de fev. de 1931.
 - Transforma a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e dá outras providências. (Art. 7.º item a). — Dec. 4.917, de 3 de março de 1931.
 - Subordina a Inspeção de Profilaxia da Lepra ao Inspetor-Chefe da Inspeção de Profilaxia de Moléstias Infecciosas e dá outras providências.
 - Dec. 5.537, de 10 de junho de 1932.
 - Anexa à Inspeção de Profilaxia da Lepra o Sanatório "Padre Bento", o Asilo-Colônia "Santo Angelo", o Asilo-Colônia "Pirapitinguí", o "Asilo-Colônia "Cocais" e o Asilo-Colônia "Aimorés" e dá outras providências.
 - Dec. 5.965, 30 de julho de 1933.
 - Desliga do Serviço Sanitário do Estado a Inspeção de Profilaxia da Lepra, que passa a constituir o D. P. L., diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. — Dec. 7.070, de 6 de abril de 1935.
 - Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública — art. 2.º — item 11 — D. P. L. — Dec. 7.321, de 5 de julho de 1935.
 - Cria o Departamento de Saúde do Estado — art. 3.º — VI — Serviço de Profilaxia da Lepra. — Dec. 9.247, de 17 de junho de 1938.
 - Organiza o Serviço de Profilaxia da Lepra do Departamento de Saúde do Estado. — Dec. 9.445, de 2 de set. de 1938.
 - Subordina os serviços de Profilaxia da Lepra e da Assistência a Psicopatas diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. — Dec.-lei 12.150, de 2 de set. de 1941.
 - Dispõe sobre criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências. (Art. 2.º). — Dec.-lei 17.339, de 28 de junho de 1947.
 - Transfere para a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social, os serviços que menciona — art. Lº — item 4 — D. P. L. — Dec. 17.351, de 1.º de julho de 1947.
 - Aprova as instruções n. 1, anexas, elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da S. S. P. A. S. (Instruções n. 1 — Fixam normas para o recebimento, registro, autuação, distribuição e arquivamento de papéis pelos Serviços de Comunicações do D. P. L.). — Portaria 96, de 7 de dez. de 1955. (Diretor).
- D. P. L.**, delegacias, dispensários e postos regionais.
- Dispõe sobre a criação de doze Postos de Saúde, subordinados ao D. P. L. e dá outras providências. — Lei 530, de 9 de dez. de 1949.
 - Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado à instalação, no interior do Estado, de Delegacias Regionais, Dis-

- pensários e Postos do D. P. L. — Lei 2.191, de 29 de julho de 1953.
- Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei 2.191, de 29 de julho de 1953. — Lei 2.463, de 30 de dez. de 1953.
 - Dispõe sobre abertura na Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social, do crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 autorizado pela Lei 2.191, de 29 de julho de 1933, modificada pela Lei 2.463, de 30 de dez. de 1953. — Dec. 25.293, de 28 de dez. de 1955.
- D. P. L., diretoria**
- O Diretor Geral da S. E. S. P. A. S., nos termos do art. 5.º parágrafo único, da Lei n. 2.006, de 20 de dezembro de 1952, resolve delegar aos Diretores das dependências abaixo, as atribuições constantes do item I, do artigo 2.º da referida Lei: ao Diretor do D. P. L. — Ato de 3 de dez. de 1952.
 - O Diretor Geral Substituto, do Departamento de Administração, da S. E. S. P. A. S., usando da atribuição que lhe confere o art. 5.º da Lei 2.006, de 20 de dez. de 1952, resolve: "Fica delegado ao Diretor Geral do Departamento de Saúde e aos Diretores do... D. P. L. dentro das respectivas esferas de competência, a atribuição de autorizar despesas até o limite de Cr\$ 50.000,00 mensais por consignação. — Ato n. 4, de 3 de fev. de 1954.
 - Fica delegado ao Diretor do D. P. L., desta Secretaria de Estado, competência para autorizar, sem prejuízo do disposto na Lei 511, de 8 de nov. de 1949, as despesas indispensáveis à aquisição de produtos farmacêuticos, até o limite de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). — Ato n. 1, de 7 de jan. de 1955. (Secretário).
- D. P. L., empréstimo**
- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
- D. P. L., funcionários. Vide: D. P. L., quadro e Servidores**
- D. P. L., fusão de cargo**
- Dispõe sobre a fusão das carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar. Art. 2.º § único. — Dec. 16.136, de 25 de set. de 1946.
- D. P. L., laboratórios**
- Regulamenta o Departamento de Saúde Pública e dá outras providências — Art. 10 — (Os serviços de laboratório da Inspeção de Profilaxia da Lepra...) Art. 12 (Ficam suprimidos... na Inspeção de Profilaxia da Lepra...). — Dec. 4.966, de 13 de abril de 1931.
- D. P. L., lotação e relocação de cargos**
- Dec. 16.403, de 4 de dez. de 1946; Dec. 16.785, de 24 de jan. de 1947; Dec. 16.787, de 24 de jan. de 1947; Dec. 16.790, de 24 de jan. de 1947; Dec. 17.520, de 29 de agosto de 1947; Dec. 17.624, de 16 de out. de 1947; Dec. 17.803, 17 de dez. de 1947; Dec. 17.828-A, de 29 de dez. de 1947; Dec. 17.866, de 10 de jan. de 1948; Dec. 17.903, de 26 de jan. de 1948; Dec. 17.946, de 11 de fev. de 1948; Dec. 17.982, de 17 de fev. de 1948; Dec. 17.983, de 17 de fev. de 1948; Dec. 17.998, de 20 de fev. de 1948; Dec. 18.014, de 21 de fev. de 1948; Dec. 18.016, de 21 de fev. de 1948; Dec. 18.183, de 6 de julho de 1948; Dec. 18.210, de 26 de julho de 1948; Dec. 18.224-A, de 3 de agosto de 1948; Dec. 18.298, de 14 de set. de 1948; Dec. 18.447, de 4 de jan. de 1949; Dec. 18.454-D, de 11 de jan. de 1949; Dec. 18.563-B, de 5 de abril de 1949; Dec. 18.662, de 21 de junho de 1949; Dec. 18.670-A de 22 de junho de 1949; Dec. 18.674, de 27 de junho de 1949; Dec. 18.727, de 26 de julho de 1949; Dec. 18.807, de 6 de set. de 1949; Dec. 18.808, de 6 de set. de 1949; Dec. 18.832, de 22 de set. de 1949; Dec. 18.834, de 22 de set. de 1949; Dec. 18.892, de 19 de out. de 1949; Dec. 18.904, de 25 de out. de 1949; Dec. 18.973, de 30 de nov. de

1949; Dec. 19.080-A, de 4 de jan. de 1950; Dec. 19.209-C, de 28 de fey. de 1950; Dec. 19.210-X, de 1 de março de 1950; Dec. 19.253, de 14 de março de 1950; Dec. 19.364-C, de 19 de abril de 1950; Dec. 19.364-D, de 19 de abril de 1950; Dec. 19.444-I, de 30 de maio de 1950; Dec. 19.456, de 31 de maio de 1950; Dec. 19.559, de 18 de julho de 1950; Dec. 19.686, de 24 de agosto de 1950; Dec. 20.192, de 9 de jan. de 1951; Dec. 20.380-A, de 15 de março de 1951; Dec. 20.550, de 31 de maio de 1951; Dec. 21.200, de 6 de fev. de 1952; Dec. 21.698, de 11 de set. de 1952; Dec. 21.995, de 12 de jan. de 1953; Dec. 22.190, de 20 de abril de 1953; Dec. 22.728, de 15 de set. de 1953; Dec. 22.934, de 11 de dez. de 1953; Dec. 23.038, de 16 de jan. de 1954; Dec. 23.073, de 28 de jan. de 1954; Dec. 23.108, de 9 de fev. de 1954; Dec. 23.180, de 9 de março de 1954; Dec. 23.341, de 11 de maio de 1954; Dec. 23.371, de 25 de maio de 1954; Dec. 23.470, de 21 de julho de 1954; Dec. 23.495, de 2 de agosto de 1954; Dec. 23.559, de 17 de agosto de 1954; Dec. 23.663, de 25 de set. de 1954; Dec. 24.099, de 4 de jan. de 1955; Dec. 24.129, de 11 de jan. de 1955; Dec. 24.228, de 24 de jan. de 1955; Dec. 24.231, de 24 de jan. de 1955; Dec. 24.497, de 26 de abril de 1955; Dec. 24.503, de 26 de abril de 1955; Dec. 24.532, de 5 de março de 1955; Dec. 24.583, de 24 de maio de 1955; Dec. 24.604, de 31 de maio de 1955; Dec. 24.606, de 31 de maio de 1955; Dec. 24.716, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.719, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.721, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.722, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.723, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.725, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.757, de 12 de julho de 1955; Dec. 24.845, de 9 de agosto de 1955; Dec. 24.879, de 22 de agosto de 1955; Dec. 24.904, de 31 de agosto de 1955; Dec. 24.994, de 13 de out. de 1955; Dec. 24.996, de 13

de out. de 1955; Dec. 25.000 de 13 de out. de 1955; Dec. 25.001, de 13 de out. de 1955; Dec. 25.002, de 13 de out. de 1955; Dec. 25.003, de 13 de out. de 1955; Dec. 25.048, de 19 de out. de 1955; Dec. 25.068, de 27 de out. de 1955; Dec. 25.197, de 7 de dez. de 1955; Dec. 25.253, de 21 de dez. de 1955; Dec. 26.568, de 10 de out. de 1956.

D. P. L., lotação e relocação de função gratificada

- Dec. 24.717, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.718, de 6 de julho de 1955; Dec. 24.877, de 22 de agosto de 1955.

D. P. L., quadro

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Lei 1.596, de 29 de dez. de 1917.
 - Reorganiza o Serviço Sanitário e re-partições dependentes — Título I — Do pessoal e da organização do serviço — Capítulo XII — Da Inspeção de Profilaxia da Lepra — Dec. 3.876, de 11 de julho de 1925.
 - Aprova o dec. 3.876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitário e repartições dependentes. — Lei 2.121, de 20 de dez. de 1925.
 - Altera disposições da Lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
 - Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Art. 85 da Inspeção de Profilaxia da Lepra. — Dec. 4.891, de 13 de fev. de 1931.
 - Regulamenta o Departamento de Saúde Pública e dá outras providências (art. 12 — Inspeção de Profilaxia da Lepra) — Dec. 4.986, de 13 de abril de 1931.
 - Suprime diversos cargos no Serviço Sanitário do Estado — Dec. 4.997, de 27 de abril de 1931.
 - Suprime o cargo de inspetor auxiliar da Inspeção de Profilaxia da Lepra.
 - Dec. 5.011, de 8 de maio de 1931.
- Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 18 de jan. de 1932.

- Subordina a Inspeção de Profilaxia da Lepra ao Inspetor-Chefe da Inspeção de Profilaxia de Moléstias Infecciosas e dá outras providências. — Dec. 5.537, de 10 de junho de 1932.
- Cria e suprime lugares no Serviço Sanitário, e dá outras providências. — Dec. 6.374, de 28 de março de 1934.
- Cria o cargo de engenheiro-chefe do Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 7.215, de 18 de junho de 1935.
- Dispõe quanto á organização do D. P. L. — Lei 2.898, de 14 de jan. de 1937.
- Cria e suprime cargos no Serviço de Profilaxia da Lepra. — Dec. 11.442, de 23 de set. de 1940.
- Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, á Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, um crédito de rs. 12.025:7438000, suplementar a diversas verbas do orçamento, conforme relação anexa. Verbas 233 e 234. — Dec.-lei 12.331, de 20 de nov. de 1941.
- Uniformiza a denominação, fixa o número de funções de extranumerários mensalistas do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. — Dec. 14.694, de 27 de abril de 1945.
- Corrige falhas verificadas na tabela baixada com o Dec. 14.694, de 27 de abril de 1945, e dá outras providências. — Dec. 15.106, de 13 de out. de 1945.
- Discrimina as lotações de cargos extintos pelo art. 1.º do Dec.-lei 15.590, de 25-1-46. — Dec. 15.764, de 12 de abril de 1946.
- Extingue cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 21.298, de 20 de março de 1952.
- Extingue cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 21.913, de 12 de dez. de 1952.
- Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.230, de 24 de jan. de 1955.
- Extingue cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.720, de 6 de julho de 1955.
- Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.724, de 6 de julho de 1955.
- Torna sem efeito o Dec. 24.720, de 6 de julho de 1955, que dispõe sobre extinção de cargo. — Dec. 24.880, de 22 de agosto de 1955.
- Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.998, de 13 de out. de 1955.
- Dispõe sobre extinção de cargos no Quadro da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 25.217, de 13 de dez. de 1955.
- Fixa o número de servidores dos Dispensários do Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 25.392, de 24 de jan. de 1956.
- Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidor extranumerário mensalista para o Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 26.466, de 25 de set. de 1956.
- Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social, a admitir servidor extranumerário mensalista, para o Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 26.975, de 11 de dez. de 1956.

— Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidores extranumerários mensalistas, para o Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 26.976, de 11 de dez. de 1956.

— Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social a admitir servidores extranumerários mensalistas para o Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 27.103, de 26 de dez. de 1956.

D. P. L., regulamento

— Aprova o Regulamento do D. P. L. da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 25.188, de 6 de dez. de 1955.

— Modifica dispositivos do Regulamento aprovado pelo Dec. 25.188, de 6 de dez. de 1955, relativo ao D. P. L. da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 25.252, de 21 de dez. de 1955.

D. P. L., Serviço de Pesquisas Científicas

— Dispõe sobre criação, no D. P. L., do Serviço de Pesquisas Científicas e dá outras providências. — Dec.-lei 17.341, de 28 de junho de 1947.

— Regulamenta o dec.-lei 17.341, de 28 de junho de 1947, que criou o Serviço de Pesquisas Científicas no D. P. L. — Dec. 18.212, de 26 de julho de 1948.

— Dispõe sobre a criação do Fundo de Pesquisas, do Instituto de Pesquisas Científicas, do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 27.346, de 5 de fev. de 1957.

D. P. L., supressão de cargos. Vide D. P. L., quadro

Desapropriação e aquisição

— Declara de utilidade pública terrenos necessários ao abastecimento de água ao Leprosário Santo Ângelo. — Dec.

3.688, de 5 de março de 1924.

— Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados, os terrenos pertencentes a Durvalina Baptista e seus filhos, com a área total de 293.825 metros quadrados, situados no município e comarca de Itú, indispensáveis à proteção do manancial de abastecimento de água do asilo-colônia "Pirapitingui". — Dec. 6.729, de 4 de out. de 1934.

— Declara de utilidade pública terrenos necessários para ampliação das instalações do Sanatório "Padre Bento" da Inspeção de Profilaxia da Lepra. — Dec. 6.993, de 1P de março de 1935.

— Declara de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, terrenos que especifica. — Dec. 14.316, de 24 de nov. de 1944.

— Desapropriação, judicial ou por via amigável de imóveis, situados na cidade de Jacareí. — Lei 244, de 24 de fev. de 1949.

— Dispõe sobre aquisição, por via judicial ou amigável, de servidão perpétua de passagem, sobre uma faixa de terreno situada no município de Mogi das Cruzes. — Lei 369, de 25 de julho de 1949.

— Declara de utilidade pública imóveis situados no distrito, município e comarca de Jacareí, destinados a construção das oficinas e praça de esportes do Preventório de Jacareí do D. P. L. — Dec. 20.313, de 20 de fev. de 1951.

— Declara de utilidade pública imóveis situados no bairro e freguesia de Santana, município e comarca da Capital, necessários aos desenvolvimentos das instalações do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra. — Dec. 20.691, de 7 de agosto de 1951.

— Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação do Município de Jundiaí, imóveis destinados à

construção do edifício da Inspeção Regional do Departamento da Lepra. — Lei 1.219, de 12 de out. de 1951.

- Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação situado no município de Botucatu. — Lei 2.025, de 24 de dez. de 1952.
- Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação. — Lei 2.238, de 11 de agosto de 1953.
- Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação. — Lei 2.266, de 18 de agosto de 1953.

Detentos

- Altera disposições da lei n. 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
- Cria anexo a cada um dos asilos "Padre Bento" de Gopouva e "Colônia Pirapitingui", um pavilhão destinado à internação dos detentos morféuticos. — Dec. 5.284, de 9 de dez. de 1931.

Departamento de Profilaxia da Lepra. Vide D. P. L.

Departamento de Saúde, cooperação

- Aprovando o acôrdo de cooperação de serviços estabelecido entre o Departamento de Saúde e o Departamento de Profilaxia da Lepra, ambos desta Secretaria, que com este baixa. — Ato s/n., de 11 de abril de 1956 (Secretário).

Dispensários. Vide D. P. L., delegacias, dispensários e postos regionais.

Doentes Internados, cargos técnicos

- Reserva 5 cargos iniciais da carreira de médico, do QG-PP da Tabela III, providos interinamente, para as funções de médico interno dos leprosários estaduais. — Lei 99, de 15 de abril de 1948.
- Dispõe sobre a admissão de dentista mensalista nos Sanatórios e Postos do D. P. L. e dá outras providências. — Dec. 20.943, de 13 de nov. de 1951.

Doentes Internados, direitos e deveres. Vide Sanatórios, regimento interno.

Doentes Internados, gratificação

- Dispõe sobre elevação dos vencimentos e salários dos servidores do Estado e dá outras providências — art. 16 — Dispõe sobre aumento de vencimentos aos doentes internados nas Colônias do D. P. L. e que nelas prestam serviços. — Dec.-lei 13.828, de 24 de jan. de 1944.
- Estabelece normas reguladoras das condições e no expediente de admissão do pessoal estranho ao quadro de funcionários do Estado e dá outras providências — Art. 22 (Dispõe sobre a concessão de gratificações aos internados nas colônias do D. P. L. e que nelas prestam serviços). — Dec. 13.943, de 17 de abril de 1944.
- Altera e retifica o Dec. 13.943, de 17 de abril de 1944. — Dec. 14.072, de 13 de julho de 1944.
- Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos cargos que integram os quadros do funcionalismo público civil do Estado, o salário dos extranumerários bem como dos componentes da Força Pública, Guarda Civil de S. Paulo e da extinta Polícia Especial, e dá outras providências. (art. 54 — eleva as gratificações mensais aos doentes de lepra, que prestam serviço dentro dos Sanatórios do Estado de S. Paulo. — Lei 631, de 9 de jan. de 1950.
- Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos e salários dos servidores civis do Estado e dá outras providências. Art. 10 — Ficam elevados de 40% (quarenta por cento) as gratificações mensais pagas aos doentes de lepra que prestam serviços dentro dos leprosários do Estado. (vetado). — Lei 2.751, de 2 de out. de 1954.

Educação Sanitária

- Aprova o Regulamento do Curso de Educadores Sanitários da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de S. Paulo — Art. 3.º venerologia e leprologia). — Dec. 15.552, de 24 de jan. 1946.

Educandário de Jacareí

- Dispõe quanto à reorganização do D. P. L. — Lei 2.898, de 14 de jan. de 1937.
- Passa a denominar-se Educandário Jacareí o Preventório de igual nome existente naquela cidade. — Lei 1.676, de 31 de julho de 1952.

Egressos, assistência social

- Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. (Título IV — Do Serviço de proteção aos egressos. Seção 3.ª — Dos egressos dos estabelecimentos hospitalares). — Lei 2.497, de 24 de dez. de 1935.
- Altera dispositivos da lei 2.497, de 24 de dez. de 1935, e dá outras providências. (Art. 1.º — II d — Serviço Social das Detentos e Egressos). — Dec. 9.488, de 13 de set. de 1938.

Egressos, pensões e nomeações

- Dispõe sobre a criação de doze Postos de Saúde subordinados ao D. P. L. e dá outras providências. — Lei 530, de 9 de dez. de 1949.
- Dispõe sobre nomeação de egressos com alta hospitalar, para o exercício interino de cargos públicos. — Lei 1.045, de 30 de maio de 1951.
- Dispõe sobre a admissão de dentistas mensalistas nos Sanatórios e Postos do D. P. L. e dá outras providências. — Dec. 20.943, de 13 de nov. de 1951.
- Concede pensões mensais na importância de Cr\$ 1.500,00 cada unia a egressos de Sanatórios. — Lei 2.665, de 10 de março de 1954.

- Tendo em vista a necessidade de disciplinar as normas referentes à concessão do atestado de incapacidade do egresso para efeito de recebimento de pensões do Estado, resolve especificar as condições do fornecimento do referido atestado. — Portaria 52, de 21 de set. de 1955 (Diretor).

- Concede pensões, na importância de Cr\$ 1.500,00 a cada um, a egressos dos sanatórios de lepra. — Lei 3.160, de 23 de set. de 1955.

- Regulamenta as Leis 2.665, de 10 de março de 1954 e 3.160, de 23 de set. de 1955, que concedem pensões aos egressos de sanatórios de lepra. — Dec. 25.136, de 22 de nov. de 1955.

Elucidação de diagnóstico

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.

Entidades privadas

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
- Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 1925 relativamente à profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
- Declara de "relevante valor humanitário", para os efeitos do disposto na Lei 108, de 13-7-1948, a "Associação Paulista de Assistência aos Doentes de Lepra". — Lei 142, de 2 de set. de 1948.
- Declara de utilidade pública a "Bandeira Paulista Contra a Tuberculose" e a "Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra". Lei 651, de 6 de março de 1950.
- Declara de utilidade pública a "Sociedade Paulista de Leprologia". — Lei 2.981, de 23 de dez. de 1954.

Entidades Privadas, auxílios e subvenções

- Dec. 4.259, de 7 de julho de 1927; Lei 40, de 31 de dez. de 1947; Lei 200, de 1.º de dez. de 1948; Lei 615, de 30 de dez. de 1949; Lei 634, de 6 de fey. de 1950; Lei 971, de 12 de fev. de 1951; Lei 1.220, de 16 de out. de 1951; Lei 1.527, de 28 de dez. de 1951; Lei 1.657, de 22 de julho de 1952; Lei 1.967, de 15 de dez. de 1952; Lei 2.022, de 24 de dez. de 1952; Lei 2.080, de 24 de dez. de 1952; Lei 2.122, de 27 de dez. de 1952; Lei 2.482, de 31 de dez. de 1953; Lei 3.162, de 28 de set. de 1955; Lei 3.333, de 31 de dez. de 1955.

Entidades Privadas, auxílios e subvenções. **Vide** também **Orçamentos do Estado**, auxílios a entidades privadas

Filhos sadios de doentes. Vide Assistência social; Preventório Jacarei; Entidades privadas e Assistência social

Fundação Paulista Contra a Lepra. Vide Entidades privadas; Entidades privadas, auxílios e subvenções.

Gratificação, doentes internados. **Vide Doentes internados**, gratificação

Impostos, isenção. **Vide Isenções**

Inspetoria de Profilaxia da Lepra. Vide D. P. L.

Isenções

- Dispensa do pagamento de impostos estaduais e o Asylo de Orphans de Campinas e o Hospital de Morpheticos da mesma cidade. — Lei 124, de 26 de abril de 1893.
- Dispõe sobre isenção de impostos. — Dec.-lei 15.020, de 6 de set. de 1945.
- Dispõe sobre isenção de impostos às propriedades de hansenianos pobres. — Dec.-lei 15.473, de 27 de dez. de 1945.

- Isenta as associações de assistência, consideradas de "relevante valor humanitário", da matrícula a que se refere o art. 6.º — § 1.º da Lei 2.497, de 24 de agosto de 1935. — Lei 108, de 13 de julho de 1948.

- Dá nova redação ao art. 1P do Dec.-lei 15.020, de 6 de set. de 1945. — Lei 992, de 2 de abril de 1951.

- Código de impostos e taxas — livro XIV — Das isenções gerais — cap. II — Das isenções de impostos, art. 8.º, j. — Dec. 22.022, de 31 de jan. de 1953.

Isolamento

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Titulo V — Da profilaxia especifica das doenças transmissíveis.

- Capítulo VII — Da Lepra. — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.

Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.

- Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.

- Modifica a lei 2.416, de 31 de dez. de 1929, que regulamentou a profilaxia da lepra, no Estado, e dá outras providências. — Dec. 5.027, de 18 de maio de 1931.

- Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.

- Anexa à Inspetoria de Profilaxia da Lepra o Sanatório "Padre Bento", o Asilo-Colônia "Santo Angelo", o Asilo-Colônia "Pirapitnguá", o Asilo Colônia "Cocais" e o Asilo-Colônia "Aimorés" e dá outras providências.

- Dec. 5.965, de 30 de junho de 1933.

Isolamento domiciliar

- Aprova o dec. 3.878, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço

Sanitário e repartições dependentes. — Lei 2.121, de 20 de dez. de 1925.

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
- Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1929 e do Dec. 3.876, de 1925 relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
- Modifica a lei 2.416, de 31 de dez. de 1929, que regulamentou a profilaxia da lepra, no Estado, e dá outras providências. — Dec. 5.027, de 16 de maio de 1931.
- Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. (art. 4.º e 5.º). — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Determina a observância de instruções destinadas à concessão e permanência do isolamento domiciliário aos doentes de lepra, de acôrdo com a legislação vigente. — Portaria n. 50, de 5 de set. de 1955 (Diretor).

Isolamento nosocomial. Vide: Isolamento

Leprocômios. Vide: Sanatórios

Leprosários. Vide: Sanatórios

Licenças

- Regula a concessão de licença aos funcionários e empregados públicos civis do Estado. — Dec. 6.055, de 19 de agosto de 1933.
- Estabelece as bases para o cálculo e fixação dos proventos a serem atribuídos aos servidores do Estado e dos municípios, que passaram à inatividade em consequência de aposentadoria ou jubilação, e providencia sôbre a situação dos que atualmente se acham em disponibilidade remunerada ou em gozo de licença sem limite de tempo. — Dec. 6.690, de 21 de set. de 1934.
- [Funcionário atacado de lepra... art. 3.º]. — Dec. 9.600, de 11 de out. de 1938.
- [Funcionário atacado de lepra...]. — Dec. 10.028, de 28 de fev. de

1939.

- Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de S. Paulo... Capítulo VII — Seção III — Licença ao funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia... — Dec.-lei 12.273, de 28 de out. de 1941.
- Dispõe sôbre concessão de licenças e pagamento de salário aos extranumerários, mensalistas e contratados (art. 2.º — item III). — Dec.-lei 13.325, de 26 de abril de 1943.
- Torna extensivas aos interinos, nas condições que especifica, determinadas disposições do Dec.-lei 13.325, de 26 de abril de 1943. — Dec.-lei 14.094, de 27 de julho de 1944.
- Aprova a consolidação das leis referentes aos funcionários públicos civis do Estado. Título III — Capítulo II — Seção III — Da licença para tratamento de saúde. — Dec. 26.544, de 5 de out. de 1956.

Locação. Vide: Contratos, arrendamento, construção e locação.

Loterias

- Marca a ordem em que devem ser extraídas as loterias cuja extração foi determinada por decreto n. 99, de 22-8-1892, continuando em vigor os planos aprovados por decreto n. 98 da mesma data — Estabelecimentos beneficiados — Hospital de Lázarus da Capital. — Dec. 149-A, de 28 de de jan. de 1893.

Manutenção de Sanatórios. Vide, Sanatórios, construções, reformas e manutenção.

Nomeações de egressos. Vide: Egressos, pensões e nomeações.

Notificação

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. — Título V — Da profilaxia

específica das doenças transmissíveis.

- Capítulo VII - Da Lepra. — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.
- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. — Lei 1.596, de 29 de dez. de 1917.
- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
- Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do Dec. 3.876, de 1925, relativamente a profilaxia da Lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
- Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Aprova o Regulamento do Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde da Secretaria do Estado da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências — art. 34 (lepra). — Dec. 20.224, de 19 de jan. de 1951.

Obrigações

- Regula a emissão de obrigações (num total de 10.000 contos de réis, para os serviços de profilaxia da lepra).
- Dec. 4.170-B, de 14 de jan. de 1927.

Orçamentos do Estado

- Lei 490, de 29 de dez de 1896; Lei 523, de 30 de agosto de 1897; Lei 594, de 5 de set. de 1898; Lei 686, de 16 de set. de 1899; Lei 758, de 17 de nov. de 1900; Lei 817, de 8 de nov. de 1901; Lei 861-A, de 16 de dez. de 1902; Lei 896, de 30 de nov. de 1903; Lei 936, de 17 de agosto de 1904; Lei 984, de 29 de dez. de 1905; Lei 1.059, de 28 de dez. de 1906; Lei 1.117-A, de 27 de dez. de 1907; Lei 1.160, de 29 de dez. de 1908; Lei 1.197, de 29 de dez. de 1909; Lei 1.245, de 30 de dez. de 1910; Lei 1.203, de 30 de dez de 1911; Lei 1366, de 28 de dez de 1912; Lei 1.411, de 30 de dez. de 1913; Lei 1.463, de 30 de dez. de 1914; Lei 1.492, de 29 de dez de 1915; Lei 1.529, de 28 de dez. de 1916; Lei 1.584, de 21 de dez. de 1917; Lei 1.636, de 31 de

dez. de 1918; Lei 1.713, de 27 de dez. de 1919; Lei 1.759, de 29 de dez. de 1920; Lei 1.837, de 27 de dez de 1921; Lei 1.899, de 28 de dez. de 1922; Lei 1.957, de 29 de dez. de 1923; Lei 2.029, de 30 de dez. de 1924; Lei 2.123, de 30 de dez de 1925; Lei 2.182, de 30 de dez. de 1926; Lei 2.255, de 31 de dez. de 1927; Lei 2.343, de 31 de dez. de 1928; Lei 2.401, de 31 de dez. de 1929; Dec. 4.860, de 28 de jan. de 1931; Dec. 5.105, de 14 de julho de 1931 Dec. 5.365, de 30 de jan. de 1932; Dec. 5.823, de 30 de jan. de 1933; Dec. 6.261, de 30 de dez. de 1933; Dec. 6.893, de 31 de dez. de 1934; Lei 2.486, de 16 de dez. de 1935; Dec. 7.496, de 31 de dez. de 1935; Lei 2.762, de 17 de dez. de 1936; Dec. 8.058, de 28 de dez de 1936; Dec. 8.892, de 31 de dez. de 1937; Dec. 8.906, de 11 de jan. de 1938; Dec. 9.870, de 27 de dez. de 1938; Dec. 9.905, de 6 de jan. de 1939; Dec. 10.800, de 18 de dez. de 1939; Dec. 10.898, de 12 de jan. de 1940; Dec.-lei 11.639, de 27 de nov. de 1940; Dec. 11.701, de 18 de dez. de 1940; Dec.-lei 12.350, de 29 de nov. de 1941; Dec. 12.414, de 19 de dez. de 1941; Dec.-lei 13.080, de 28 de nov. de 1942; Dec. 13.700, de 29 de nov. de 1943; Dec. 13.735, de 16 de dez. de 1943; Dec. 14.178, de 8 de set. de 1944; Dec.-lei 14.329, de 29 de nov. de 1944; Dec. 14.355, de 12 de dez. de 1944; Dec. 14.412, de 27 de dez. de 1944; Dec.-lei 15.286, de 11 de dez. de 1945; Dec. 15.406, de 27 de de dez. de 1945; Dec.-lei 16.067, de 11 de set. de 1946; Dec. 16.380, de 29 de nov. de 1946; Dec. 17.637, de 25 de out. de 1947; Lei 14, de 23 de nov. de 1947; Lei 186, de 13 de nov. de 1948; Dec. 18.377, de 1 de dez de 1948; Dec. 18.410, de 17 de dez. de 1948; Dec. 18.940-D, de 22 de nov. de 1949; Lei 514, de 22 de nov. de 1949; Lei 852, de 21 de nov. de 1950; Dec. 20.075, de 13 de dez. de 1950; Lei 1.298, de 16 de nov. dc 1951; Dec. 20.973, de

28 de nov. de 1951; Lei 1.875, de 13 de nov. de 1952; Dec. 21.911, de 12 de dez. de 1952; Lei 2.382, de 24 de nov. de 1953; Dec. 22.912, de 2 de dez. de 1953; Dec. 23.010, de 29 de dez. de 1953; Lei 2.787, de 18 de nov. de 1954; Dec. 23.911-A, de 11 de dez. de 1954; Dec. 25.088, de 7 de nov. de 1955; Lei 3.240, de 11 de nov. de 1955.

Orçamentos do Estado, alterações.

- Dec.-lei 11.410, de 10 de set. de 1940; Dec. 12.354-A, de 29 de nov. de 1941; Dec. 12.372, de 3 de dez. de 1941; Dec.-lei 12.884, de 20 de agosto de 1942; Dec.-lei 13.135, de 18 de dez. de 1942; Dec.-lei 13.547, de 16 de set. de 1943; Dec.-lei 14.171, de 4 de set. de 1944; Dec.-lei 14.352, de 7 de dez. de 1944; Dec.-lei 15.074, de 25 de set. de 1945; Dec.-lei 15.377, de 26 de dez. de 1945; Dec.-lei 16.021, de 3 de set. de 1946;; Lei 2, de 16 de out. de 1947; Lei 190, de 24 de nov. de 1948; Lei 513, de 19 de nov. de 1949; Dec. 19.419-A, de 13 de maio de 1950; Dec. 19.454, de 31 de maio de 1950; Dec. 19.690, de 24 de agosto de 1950; Dec. 19.806, de 4 de out. de 1950; Dec. 19.845, de 16 de out. de 1950; Lei 830, de 14 de nov. de 1950; Dec. 19.957, de 16 de nov. de 1950; Dec. 20.032, de 29 de nov. de 1950; Dec. 20.442, de 23 de abril de 1951; Dec. 20.541-A, de 30 de maio de 1951; Dec. 20.563, de 11 de junho de 1951; Dec. 20.736A, de 30 de agosto de 1951, Dec. 20.767-A, de 14 de set. de 1951; Lei 1.212, de 12 de out. de 1951; Dec. 20.869-A, de 20 de out. de 1951; Lei 1.307, de 27 de nov. de 1951; Dec. 20.971-B, de 27 de nov. de 1951; Dec. 20.984, de 29 de nov. de 1951; Dec. 21.020, de 11 de dez. de 1951; Dec. 21.329-C, de 2 de abril de 1952; Dec. 21.329-D, de 2 de abril de 1952; Dec. 21.653, de 18 de agosto de 1952; Dec. 21.877-A, de 24 de nov. de 1952; Dec. 21.906, de 6 de dez de 1952; Dec. 21.985-C, de 30

de dez. de 1952; Dec. 22.284, de 27 de maio de 1953; Dec. 22.884, de 24 de nov. de 1953; Lei 2.391, de 2 de dez. de 1953; Dec. 22.947, de 15 de dez. de 1953; Dec. 23.854, de 23 de nov. de 1954; Dec. 23.877, de 30 de nov. de 1954; Dec. 23.908, de 7 de dez. de 1954; Dec. 23.920, de 14 de dez. de 1954; Lei 2.877, de 20 de dez. de 1954; Dec. 25.007, de 13 de out. de 1955; Lei 3.235, de 7 de nov. de 1955; Dec. 25.141, de 22 de nov. de 1955; Dec. 25.187, de 6 de dez. de 1955; Lei 3.721, de 14 de jan. de 1957.

Orçamentos do Estado, auxílios a entidades privadas.

- Lei 490, de 29 de dez de 1896; Lei 523, de 30 de agosto de 1897; Lei 594, de 5 de set. de 1898; Lei 686, de 16 de set. de 1899; Lei 758, de 17 de nov. de 1900; Lei 817, de 8 de nov. de 1901; Lei 861-A, de 16 de dez. de 1902; Lei 896, de 30 de nov. de 1903; Lei 936, de 17 de agosto de 1904; Lei 984, de 29 de dez. de 1905; Lei 1.059, de 28 de dez. de 1906; Lei 1.117-A, de 27 de dez. de 1907; Lei 1.160, de 29 de dez. de 1908; Lei 1.197, de 29 de dez de 1909; Lei 1.245, de 30 de dez. de 1910; Lei 1.203, de 30 de dez. de 1911; Lei 1.366, de 28 de dez. de 1912; Lei 1.411, de 30 de dez de 1913; Lei 1.463, de 30 de dez de 1914; Lei 1.492, de 29 de dez. de 1915; Lei 1.529, de 28 de dez. de 1916; Lei 1.584, de 21 de dez. de 1917; Lei 1.636, de 31 de dez. de 1918; Lei 1.713, de 27 de dez. de 1919; Lei 1.759, de 29 de dez. de 1920; Lei 1.837, de 27 de dez. de 1921; Lei 1.899, de 28 de dez. de 1922; Lei 1.957, de 29 de dez de 1923; Lei 2.029, de 30 de dez. de 1924; Lei 2.123, de 30 de dez de 1925; Lei 2.182, de 30 de dez de 1926; Lei 2.255, de 31 de dez de 1927; Lei 2.343, de 31 de dez. de 1928; Lei 2.401, de 31 de dez. de 1929.

Pênfigo foliáceo. Vide: Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo.

Pensões. Vide: Egressos, pensões e nomeações.

Pessoal. Vide: Sanatórios, quadro e D. P. L., quadro.

Postos regionais. Vide: D. P. L., delegacias, dispensários e postos regionais.

Preventório Jacareí. Vide: Educandário.

Profilaxia

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Capítulo VII — Da lepra.
- Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.
- Autoriza o Governo a entrar em acôrdo com a Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, para a profilaxia da lepra. — Lei 1.582, de 20 de dez. de 1917.
- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. (arts. 51, 56, 231, 248). — Lei 1.596, de 29 de dez. de 1917.
- Dá execução ao Código Sanitário do Estado de S. Paulo — Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis — Capítulo IX — da lepra. — Dec. 2.918, de 9 de abril de 1918.
- Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de..... 200:000\$000 para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra neste Estado. — Dec. 3.181, de 22 de março de 1920.
- Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra neste Estado. — Dec. 3.526, de 10 de nov. de 1922.
- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
- Regula a emissão de obrigações (num total de 10.000 contos de réis, para os serviços de profilaxia da lepra).
- Dec. 4.170-B, de 14 de jan. de 1927.

- Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do Dec. 3.876, de 1925, relativamente à profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.
- Modifica a lei 2.416, de 31 de dez. de 1929, que regulamentou a profilaxia da lepra, no Estado e dá outras providências. — Dec. 5.027, de 16 de maio de 1931.
- Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Subordina a Inspetoria de Profilaxia da Lepra ao Inspetor-Chefe da Inspetoria de Profilaxia de Moléstias Infecciosas e dá outras providências.
- Dec. 5.537, de 10 de junho de 1932.
- Constituição do Estado de São Paulo.
- Título VII — da Assistência Social e da Saúde Pública.
- Dispõe sôbre abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00. - Lei 2.315, de 6 de out. de 1953.
- Subsídios para a profilaxia da lepra. Relatório da comissão designada pela Sociedade Paulista de Leprologia. (Pupo, J. A., Baptista, L., Barros, J. M., Bechelli, L. M., Reis Filho, J. C. M., Rotberg, A. e Campos, N. S.).

Reformas Vide: Sanatórios, construções, reformas e manutenção.

Relotação de cargo. Vide: D. P. L., lotação e relotação de cargos.

Sanatórios

- Anexa à Inspetoria de Profilaxia da Lepra, o Sanatório "Padre Bento", o Asilo-Colônia "Santo-Angelo", o Asilo-Colônia "Pirapitingui", o Asilo-Colônia "Cocais" e o Asilo-Colônia "Aimorés" e dá outras providências. — Dec. 5.965, de 30 de junho de 1933.
- Altera a denominação dos leprocômios do Estado de S. Paulo. — Lei 520, de 1 de dez. de 1949.

Sanatórios, administração

- Nomeia comissão para apurar denúncias de irregularidades nos leprosários e apresentar sugestões à direção dos mesmos. — Portaria n. 5, de 5 de set. de 1945. (Interv. Federal).
- Determina medidas para regulamentação da administração interna dos leprosários. — Portaria n. 1, de 5 de nov. de 1945. (Diretor).
- Dispõe sobre a realização de eleições para escolha de "Vereadores" e de "Prefeitos", dos Sanatórios de Lepra. — Portaria n: 2, de 21 de nov. de 1945 (Diretor).
- Aprova as Instruções n. 2, elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da S. S. P. A. S. — Portaria n. 97, de 21 de dez. de 19.5.5 (Diretor).

Sanatórios, altas

- Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Baixa instruções para a concessão das "Transferências para ambulatorio". — Portaria n. 8, de 25 de junho de 1949 (Diretor).

Sanatórios, bebidas alcoólicas

- Regulamenta, nos Sanatórios, a introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas. — Portaria n. 91, de 3 de nov. de 1955.

Sanatórios, construções, reforma e manutenção

- Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a profilaxia da lepra. — Dec. 3.013, de 9 de jan. de 1919.
- Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1924 — Capítulo I — art. 6 § 8.º — Obras públicas em geral (Santo Ângelo). — Lei 1957, de 29 de dez. de 1923.
- Autoriza o Poder Executivo a abrir

à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito especial de 848:0008000 para as despesas do abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo. — Lei 1.959, de 29 de dez. de 1923.

- Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 648:0008000, para ocorrer às despesas do serviço de abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo. — Dec. 3.703, de 10 de abril de 1924.
- Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1925. § 9.º Obras Públicas em geral. — Lei 2.029, de .30 de dez. de 1924.
- Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1926. § 9.º Obras Públicas em geral. — Lei 2.123, de 30 de dez. de 1925.
- Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o exercício de 1927 — — § 9.º Obras Públicas em geral. — Lei 2.182, de 30 de dez. de 1926.
- Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 1.000:000\$000 para a conclusão do Leprosário Santo Angelo. — Dec. 4.293, de 20 de out. de 1927.
- Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 500:0005000 para a conclusão do Leprosário de Santo Ângelo. — Dec. 4.350, de 19 de jan. de 1928.
- Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de novecentos contos de réis (900:000\$000) para a conclusão das obras do leprosário Santo Ângelo. — Dec. 4.403, de 12 de abril de 1928.
- Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 300:000\$000,

- para a instalação do Leprosário Santo Ângelo. — Dec. 4.450, de 30 de agosto de 1928.
- Transfere para o corrente exercício o saldo de rs. 106:0178618, dos créditos abertos pelos decretos 4.403, e 4.450, de 12 de abril e 30 de agosto do ano passado, destinados à conclusão das obras do Leprosário de Santo Ângelo. — Dec. 4.569, de 7 de março de 1929.
 - Transfere para o corrente exercício, os saldos verificados nos créditos abertos pelos decretos ns. 4.546 e 4.569, de 31 de jan. e 7 de março de 1929, nas importâncias de . 25:184\$275 e 56:905\$518, destinados respectivamente, às obras do Manicômio judiciário e ao Leprosário de Santo Ângelo. — Dec. 4.704, de 20 de fev. de 1930.
 - Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio um crédito especial de 200:000\$000, para construção de casas destinadas ao abrigo de leprosos. — Dec. 4.924, de 7 de março de 1931.
 - Anexa à Inspetoria de Profilaxia da Lepra, o Sanatório "Padre Bento", Asilo-Colônia "Santo Ângelo" o Asilo-Colônia "Pirapitingui", o Asilo-Colônia "Cocais" e o Asilo-Colônia "Aimorés" e dá outras providências. — Dec. 5.965, de 30 de junho de 1933.
 - Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito de 850:000\$000, para manutenção, construções de Leprosários e outras despesas a cargo da Inspetoria de Profilaxia da Lepra. — Dec. 6.797, de 24 de out. de 1934.
 - Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, um crédito especial de rs. 2.722:400\$000, para ocorrer à manutenção dos leprosários regionais, durante o corrente ano. — Dec. 7.360, de 26 de julho de 1935.
 - Aprova os termos do contrato assinado com a firma Francisco Azevedo e F. Palma Travassos, para a execução de várias construções no Asilo Colônia "Cocais". — Dec. 8.456, de 4 de agosto de 1937.
 - Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, um crédito de rs. 12.025:743\$000, suplementar a diversas verbas do orçamento, conforme relação anexa. Verbas 233 e 234. — Dec.-lei 12.331, de 20 de nov. de 1941.
 - Dispõe sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00. — Dec.-lei 16.563, de 27 de dez. de 1946.
 - Dispõe sobre a abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 14.000.000,00, para atender às despesas inadivéis com o tratamento dos internados nos hospitais colônias do Estado, assim como a construção de novos leitos e à reforma dos serviços de águas e esgotos dos referidos estabelecimentos. — Dec.-lei 17.100, de 8 de março de 1947.
- Sanatórios, internação**
- Fixa normas sobre o internamento de doentes em sanatórios. — Portaria 72, de 19 de out. de 1955 (Diretor).
- Sanatórios, licenças**
- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.
 - Estabelece medidas sobre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
 - Baixa instruções sobre licenças. — Portaria 1.413, de 7 de julho de 1939 (Diretor).
 - Modifica a Portaria do D. P. L., sob n. 1.413, de 7 de julho de 1939, que baixava instruções sobre licenças. — Regul. de 13 de abril de 1943 (Diretor).
 - Determina regulamento de licenças. — Portaria 3, de 23 de nov. de 1945. (Diretor).
 - Dispõe sobre a concessão de licenças aos internados nos Sanatórios de

Lepra do Estado. — Portaria n. 53, de 23 de set. de 1955 (Diretor).

Sanatórios, presídios nos

- Cria anexo a cada um dos asilos "Padre Bento", de Gopoúva e Colônia Pirapitingui", um pavilhão destinado á internação dos detentos morféuticos. — Dec. 5.284, de 9 de dez. de 1931.

Sanatórios, quadro

- Anexa á Inspectoria de Profilaxia da Lepra, o Sanatório "Padre Bento", o Asilo-Colônia "Santo Ângelo" o Asilo-Colônia "Pirapitingui", o Asilo-Colônia "Cocais" e o Asilo-Colônia "Aimorés" e dá outras providências. — Dec. 5.965, de 30 de junho de 1933.
- Fixa normas a serem observadas pelos servidores dos Sanatórios de lepra. — Portaria 74, de 19 de out. de 1955 (Diretor).
- Aprova as Instruções n. 3, elaboradas pelo Serviço de Organização do Departamento de Administração da S. S. P. A. S. — Portaria 98, de 21 de dez. de 1955 (Diretor).
- Fixa o número de servidores dos Sanatórios de lepra do D. P. L. — Dec. 25.251, de 21 de dez. de 1955.

Sanatórios, plantões médicos

- Dispõe sôbre plantão médico nos Sanatórios. Portaria n. 70, de 19 de out. de 1955 (Diretoria).

Sanatórios, prefeitos e vereadores

- Dispõe sôbre a realização de eleições para escolha de "Vereadores" e de "Prefeitos", dos Sanatórios de Lepra.
- Portaria 2, de 21 de nov. de 1945 (Diretor).
- Sôbre a nomeação de "Prefeito", dos Sanatórios de Lepra. — Portaria 5, de 23 de abril de 1946 (Diretor).

Sanatórios, regulamento e regimento interno.

- Baixa regul. disciplinar dos Sanatórios do Estado. — Portaria n. 4, de 24 de nov. de 1945 (Diretor). Aprova o Regimento interno dos Sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra. — Ato 5, de 3 de julho de 1952 (Secretário).

- Aprova o Regul. do Sanatório de Pirapitingui, aplicável aos demais sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.814, de 25 de julho de 1955.

- Modifica dispositivos do Dec. 24.814, de 25 de julho de 1955 que aprova o Regul. do Sanatório Pirapitingui do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 24.854, de 9 de agosto de 1955.

- Dispõe sôbre os direitos, deveres e obrigações atribuídos ao doente internado. — Portaria 73, de 19 de out. de 1955 (Diretor).

Sanatórios, reorganização

- Designa professor universitário para visitar Sanatórios da Lepra do Estado e sugerir medidas necessárias ao melhor rendimento dos serviços administrativos. — Resol. 687, de 3 de dez. de 1956.
- Constitui Comissão para examinar o relatório de reorganização dos Sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado. — Resol. 782, de 6 de junho de 1957.

Sanatórios, transferências

- Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.
- Fixa normas para transferência de pacientes de Sanatório. — Portaria 71, de 19 de out. de 1955 (Diretor).

Sanatórios, visitas

- Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.

— Regulamenta o artigo 14, do dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932, sôbre visitas aos leprosários. Dec. 10.570, de 10 de out. de 1939.

— Dá novo regulamento às visitas a doentes de leprosários. — Dec. 15.795, de 14 de maio de 1946.

— Dispõe sôbre normas a serem observadas no tocante a visitas aos internados e ao sanatório. — Portaria 55, de 26 de set. de 1955 (Diretor).

Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

— Autoriza o Governo a entrar em acôrdo com a Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, para a profilaxia da lepra. — Lei 1.582, de 20 de dez. de 1917.

Serviço de Assistência Hospitalar, conselho

— Organiza o serviço de Assistência Hospitalar e dá outras providências.

— Dec. 9.275, de 28 de junho de 1938.

Serviço de Medicina Social, conselho

— Transforma o Serviço Hospitalar em Serviço de Medicina Social. — Dec. 10.880, de 4 de jan. de 1940.

Serviço de Pesquisas Científicas.

Vide: D. P. L., Serviço de Pesquisas Científicas.

Serviço de Profilaxia da Lepra.

Vide: D. P. L.

Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo

— Cria o Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo no Estado de S. Paulo.

— Dec. 9.523, de 17 de set. de 1938.

— Fixa a importância de 12:000\$000 o crédito aberto pelo dec. 9.523, de 17-9-1938, destinado ao pagamento de um Diretor e um Assistente Técnico do Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo. — Dec. 9.587, de 5 de out. de 1938.

— Subordina os serviços de Profilaxia da Lepra e de Assistência a Psicopatas diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. — Dec.-lei 12.150, de 2 de set. de 1941.

— Dispõe sôbre abertura de um crédito especial de Cr\$ 340.000,00 (Serv. Pênfigo Foliáceo). — Dec.-lei 15.379, de 26 de dez. de 1945.

— Declara de utilidade pública imóveis situados no bairro e freguesia de Santana, município e comarca da capital, necessários aos desenvolvimentos das instalações do Serviço do Pênfigo Foliáceo do D. P. L. — Dec. 20.691, de 7 de agosto de 1951.

— Aprova o Regulamento do Serviço do Pênfigo Foliáceo do D. P. L. da S. S. P. A. S. — Dec. 24.853, de 9 de agosto de 1955.

Servidor Emérito

— Concede o titulo de Servidor Emérito ao Dr. Francisco de Sales Comes Junior. — Dec.-lei 15.295 de 11 de dez. de 1945.

Servidores, aposentadoria

— Organiza o Serviço de Profilaxia da Lepra do Departamento de Saúde do Estado (art. 7.º). — Dec. 9.445, de 2 de set. de 1938.

— Dispõe sôbre contagem com acréscimo de um quinto, do tempo de serviço de funcionários do Departamento de Profilaxia da Lepra, para efeito de aposentadoria e dá outras providências. — Lei 252, de 8 de março de 1949.

— Estende a todos os funcionários públicos as vantagens da Lei 488, de 20 de out. de 1949. — Lei 963, de 29 de jan. de 1951.

Servidores, diárias

— Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Titulo V — Da profilaxia especifica das doenças transmissíveis — Capítulo VII — Da Lepra (art. 539). — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.

Servidores, função gratificada

- Dispõe sobre a classificação e consolidação dos cargos e funções gratificadas do funcionalismo público civil do Estado de S. Paulo, e dá outras providências. — Dec.-lei 14.138, de 18 de agosto de 1944.
- Dispõe sobre lotação de cargos e funções gratificadas. — Dec. 23.038, de 16 de jan. de 1954.

Servidores, gratificação especial

- Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de S. Paulo — Título II — Capítulo III — Das Gratificações (arts. 118 e 119). — Dec.-lei 12.273 de 28 de out. de 1941.
- Dispõe sobre gratificações — Capítulo III — Da gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida ou de saúde. — Dec.-lei 14.865, de 13 de julho de 1945.
- Dispõe sobre a concessão, aos funcionários em exercício em leprosários, da gratificação referida no art. 8, do dec.-lei n. 14.865, de 13 de julho de 1945. — Dec. 15.019, de 6 de set. de 1945.
- Dispõe sobre concessão da gratificação referida no artigo 8.º do dec.-lei 14.865, de 13-7-45, aos servidores em exercício nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social. — Dec. 21.341, de 15 de abril de 1952.
- Dispõe sobre a suspensão da vigência de decretos concessivos de gratificação, regula o pagamento de ajudas de custo e dá outras providências. — Dec. 24.353, de 25 de fev. de 1955.
- Declara cessados os efeitos dos atos abaixo que concederam, nos termos do art. 4.º do Dec. 15.019, de 6-9-45 e de conformidade com o artigo 8º do Dec.-lei 14.865, de 13-7-1945, as seguintes gratificações a funcionários do Departamento de Profilaxia da Lepra, desta Secretaria (segue relação) Ato de 15 de março de 1955 (Secretário).
- Restabelece, para os servidores do D. P. L., a vigência do Dec. 21.341, de 15 de abril de 1952. — Dec. 26.268, de 13 de agosto de 1956.
- Aprova a Consolidação das leis referentes aos funcionários públicos civis do Estado. Título II — Capítulo IV
- Seção III — Da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de vida ou de saúde. — Dec. 26.544, de 5 de out. de 1956.
- Concede gratificação (nos termos do art. 8.º do dec. 21.341, de 15 de abril de 1952) a funcionários e servidores do D. P. L. — Ato s/n., de 18 de out. de 1956 (Secretário).
- Altera a redação da Consolidação aprovada pelo dec. 26.544, de 5 de out. de 1956. — Dec. 26.694, de 6 de nov. de 1956.

Servidores, incumbências especiais

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis — Capítulo III — Da lepra. — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.

Servidores, médicos

- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis — Capítulo VII — Da lepra. — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.
- Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. — Lei 1.596, de 29 de dez. de 1917.
- Limita o número de médicos estagiários da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e dá outras providências. — Dec. 6.605, de 13 de agosto de 1934.
- Organiza o Serviço de Profilaxia da Lepra do Departamento de Saúde do Estado. — Dec. 9.445, de 2 de set. de 1938.
- Cria e suprime cargos no Serviço de Profilaxia da Lepra. — Dec. 11.442, de 23 de set. de 1940.

Reserva 5 cargos iniciais da carreira de medico, do QG-PP da Tabela III, providos interinamente para as funções de médico interno dos leprosários estaduais. — Lei 99, de 15 de abril de 1948.

Servidores, pensões

— Pensão mensal de 300\$000, em favor da viúva de Alexandre Andreotti, administrador geral dos leprosários do Estado. — Lei 2.850, de 8 de jan. de 1937.

Servidores, plantão

— Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado — Título V — Da profilaxia específica das doenças transmissíveis — Capítulo VII — Da lepra (art. 544). — Dec. 2.141, de 14 de nov. de 1911.

Servidores, vencimentos

— Abre, em complemento ao Dec. 23.824, de 11 de nov. de 1954, crédito suplementar de Cr\$ 25.045.030,70, autorizado pelo artigo 31, da Lei n. 2.751, de 2-10-54 — Parte II — Despesa geral § 8.º — Pág. 842. — Dec. 24.072, de 29 de dez. de 1954.

Sigilo

— Altera disposições das leis 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do Dec. 3.870, de 1925, relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.

Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra. Vide: Entidades Privadas, auxílios e subvenções.

Sociedade Paulista de Leprologia Vide: Entidades Privadas.

Sulfonas e derivados

— Aprova convênio celebrado entre o Serviço Nacional da Lepra e o Instituto Butantan. — Lei 3.680, de 31 de dez. de 1956.

Terapêutica

Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.

— Determina a observância das Instruções de Serviço n. 4. "Fixam normas sôbre o preparo do doente, escolha do medicamento, acidentes e contrôle da terapêutica, avaliação dos resultados". — Portaria 99, de 26 de dez. de 1955 (Diretoria).

— Determina a observância das Instruções de Serviço n. 6. "Dispõem sôbre o tratamento específico dos doentes internados". — Portaria 101, de 26 de dez. de 1955.

Transferências de Verbas. Vide: Orçamentos do Estado. Transferências de verbas.

Tratamento ambulatorio

— Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra (art. 6.º). — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.

Tratamento obrigatório

— Modifica a lei n. 2.416, de 31 de dez. de 1929, que regulamentou a profilaxia da lepra, no Estado, e dá outras providências. — Dec. 5.027, de 16 de maio de 1931.

Tratamento particular

— Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.

— Altera disposições da lei 2.121, de 20 de dez. de 1925 e do dec. 3.876, de 1925, relativamente a profilaxia da lepra. — Lei 2.416, de 31 de dez. de 1929.

— Modifica a lei 2.416, de 31 de dez. de 1929 que regulamentou a profilaxia da lepra, no Estado e dá outras providências. — Dec. 5.027, de 16 de maio de 1931.

— Estabelece medidas sôbre a profilaxia da lepra. — Dec. 5.352, de 16 de jan. de 1932.,

Veículos públicos de emergência

- Altera o artigo 8.º do Dec. 20.348, de 5 de março de 1951. — Dec. 21.773, de 11 de out. de 1952.

Verbas, transferência. Vide: Orçamentos do Estado, transferências de verbas

Vigilância sanitária

- Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra. — Lei 2.169, de 27 de dez. de 1926.

Visitas a doentes. Vide: Sanatórios, visitas.

BIBLIOGRAFIA

Legislação provincial (1835-1889)

1. Repertório das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1875. Ordenado por João Carlos da Silva Telles. São Paulo, Typ. Correio Paulistano, 1877.
2. Repertório das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, desde 1876 a 1889, em continuação do ordenado pelo Dr. João Carlos da Silva Telles (1835-1875). Alberto Souza e José Jacintho Ribeiro. São Paulo, Typ. do "Diário Oficial", 1898.

Legislação estadual (1889-1955)

3. Decretos e Resoluções do Govêrno Provisório do Estado de São Paulo; de 18 de novembro de 1889 a 17 de outubro de 1890. São Paulo, Imprensa Official do Estado, 1913.
4. Idem; de 18 de outubro de 1890 a 30 de junho de 1891. 2.. ed. São Paulo, Off. do "Diário Oficial", de 1931.
5. Leis e Resoluções decretadas pelo Congresso Legislativo do Estado de São Paulo em 1891. 2.. ed. São Paulo, Off. do "Diário Oficial", 1931.
6. Colleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892. 2.. ed. São Paulo, Imprensa Official do Estado, 1929. [até 1955 - volume 65]
7. Índice alfabético da legislação estadual de 1889 a 1940, organizado segundo os fichários da Secção Legal da Diretoria do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. São Paulo, Tip. Gabinete de Investigações. 1942. v.1

8. Índice alfabético da legislação estadual de 1941 a 1943, organizado segundo os fichários da Consultoria Jurídica da Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, na gestão do Exmo. Snr. Ten. Cel. Flodoardo Gonçalves Maia. São Paulo, Tip. Depart. Invest., 1947. v. 2
9. Índice alfabético da legislação estadual de 1944 a 1948, organizado segundo os fichários da Consultoria Jurídica da Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, na gestão do Exmo. Sr. Ten. Cel. Flodoardo Gonçalves Maia. São Paulo, Tip. Depart. Invest., 1951. v. 3
10. Índice alfabético da legislação estadual de 1949 a 1952, organizado Segundo os fichários da Consultoria Jurídica da Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, na gestão do Exmo. Sr. Dr. Elpidio Reali. São Paulo, Tip. Depart. Invest., 1954. v. 4

Diversos

11. Lex; coletânea de legislação... São Paulo, Lex Ltda., 1954-1957. vols. 18-21.
12. Machado, S. K. M. - Legislação federal de lepra. Rev. brasil. leprol. 25:136-166. 1957.
13. Maurano, F. - História da lepra em São Paulo. São Paulo, Emp. Graf. "Rev. Tribunais", 1939. 2 v.
14. Souza-Araújo, H. C. de - História da lepra no Brasil; períodos colonial e monárquico (1555-1889). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. 2 v.